

## **1. Contexto operacional**

A SLC Agrícola S.A., fundada em 1977, a seguir denominada como “Controladora”, “SLC” ou “Companhia”, e suas controladas (conjuntamente referidas como “o Grupo” ou “Consolidado”). Possui sua sede localizada na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil e tem como objeto social as atividades de agricultura e pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportar e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, álcool e seus derivados; e participação em outras sociedades; aluguel de imóveis próprios.

Em 1º de setembro de 2017, a Companhia iniciou o cultivo da safra 2017/18, operando com quatorze unidades de produção, com uma área plantada total de 403,7 mil hectares, entre áreas próprias e arrendadas de terceiros, localizadas em seis estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Piauí e Maranhão.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

### **a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e também conforme os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”).

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCPC 7 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 07 de março de 2018.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--** Continuação

### **b) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos, não classificados como plantas portadoras, mensurados pelo valor justo, utilizando a abordagem de mercado, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer a partir da pré-colheita;
- Propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo;
- Transações de pagamento baseado em ações, mensuradas a valor justo na data de outorga.

### **c) Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--** Continuação

### **d) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do grupo na investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## **3. Políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **a) Reconhecimento da receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

#### **Venda de produtos**

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. No entanto, em sua maioria, o momento da transferência de riscos e benefícios ocorre na entrega das mercadorias ao comprador.

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### b) Estoques

Os produtos agrícolas provenientes dos ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita, quando são transferidas do grupo de ativo biológico para o grupo de estoques e mensurados pela média ponderada dos valores justos da colheita.

Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, embalagens e material de acondicionamento, peças de reposição e outros estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

A provisão para ajuste de estoque a valor de mercado, dos produtos agrícolas, é constituída quando o valor justo registrado no estoque for superior ao valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-lo.

#### c) Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem substancialmente ao cultivo e plantio de soja, milho, algodão e outras de menor relevância, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, utilizando a abordagem de preços de mercado dessas *commodities*, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer, a partir da pré-colheita.

Os ativos biológicos são mantidos pelos gastos incorridos com a formação das safras até a pré-colheita, quando são avaliados pelo valor justo. A Companhia entende que nesse momento existe uma transformação biológica significativa, a qual pode ser verificada com segurança, e então o impacto da transformação do ativo biológico sobre o preço é material.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os preços dos ativos biológicos são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros.

Os gastos com plantio das plantas não portadoras referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos.

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### d) Investimentos (Controladora)

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18(R2) (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

#### e) Imobilizado

##### Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar os ativos nos locais e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### e) Imobilizado--Continuação

##### Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

##### Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terras e terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício, corrente e comparativos, são as seguintes:

<b>Descrição</b>	<b>Vida útil média</b>
Correção e desenvolvimento do solo	13,1 anos
Prédios e benfeitorias	34,4 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos e instalações de escritório	7,5 anos
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	15 anos
Veículos	11 anos
Plantas portadoras	6 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou a existência de indicadores que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### f) Redução ao valor recuperável

##### Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sob condições que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

##### Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### f) Redução ao valor recuperável--Continuação

##### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

#### g) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Os Governos dos Estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso concederam incentivos para diferimento de débitos de ICMS nos termos do Regulamento do ICMS dos respectivos Estados. Os Estados permitem optar pelo regime de diferimento ou pelo regime de não diferimento. No regime de diferimento a empresa fica impedida de apropriar créditos de ICMS pela aquisição dos insumos, matérias primas e ativo imobilizado. No regime de não diferimento é permitida a apropriação de créditos pelas aquisições, porém as saídas são tributadas. As fazendas Planalto, Paiaguás e Planorte fizeram opção pelo regime de diferimento. As fazendas Perdizes e Pioneira fizeram opção pelo regime de não diferimento.

Os Governos dos Estados de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Decreto nº 9.716/99, de Mato Grosso, por intermédio da Lei 6883/97 e de Goiás, através da Lei Estadual nº 13.506/99, concederam incentivos de créditos presumidos de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 70% a 75% através da adesão da Fazenda Planalto ao programa PDAGRO (Mato Grosso do Sul), das Fazendas Paiaguás e Planorte ao PROALMAT e da Fazenda Pamplona ao programa PROALGO (Goiás). O Estado de Mato Grosso concedeu crédito presumido de 75% do ICMS nas vendas de algodão em pluma, caroço de algodão e fibrilha. Ao optar por estes programas, a empresa fica impedida de apropriar créditos pelas aquisições de matéria prima, insumos e ativo imobilizado. Os créditos presumidos são registrados no resultado na rubrica de impostos sobre vendas em contrapartida à rubrica de impostos a recuperar.



### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### h) Impostos

##### Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que para a atividade rural é de até 100% do lucro real anual e nas demais atividades está limitada a 30% do lucro real anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas, se aplicável.

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### h) Impostos--Continuação

##### Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

##### Impostos sobre vendas

Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<b>Alíquotas</b>
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 18,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – Funrural	2,85%

Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### i) Instrumentos financeiros

##### Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

##### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

##### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

##### Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### i) Instrumentos financeiros--Continuação

##### Passivos financeiros não derivativos--Continuação

O grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores, contratos de mútuos e arrendamentos com partes relacionadas, títulos a pagar e outras contas a pagar.

##### Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do hedge, o Grupo formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge. O Grupo faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge durante o exercício para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80 % a 125%. Para um hedge de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo.

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### i) Instrumentos financeiros--Continuação

##### Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge--Continuação

##### Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge em uma proteção (hedge) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a hedge é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (hedged) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de hedge. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado.

Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo possuía operações classificadas na categoria de hedge de fluxo de caixa.

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### j) Arrendamentos mercantis

##### Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

##### Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- O contrato contém direito de utilização do ativo.

O Grupo separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o Grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental do Grupo) e redução do passivo em aberto.

#### k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### k) Provisões

##### *Provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas*

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### l) Pagamento baseado em ações

A Companhia possui Plano de Opções de Ações e Plano de Ações Restritas para diretores e gerentes, sob a administração de um comitê gestor, criado pelo Conselho da Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia mensurou e reconheceu estes benefícios como despesa de acordo com o CPC 10(R1) (IFRS 2). Detalhamentos dos programas da Companhia se encontram na nota explicativa 24.

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (vesting date). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (non-vesting), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### m) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variação monetária de dívidas indexadas pela cotação da saca de soja, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variação monetária de dívidas indexadas pela cotação da saca de soja, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

#### n) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O cálculo do lucro diluído por ação é a divisão do lucro líquido do exercício ajustado por quaisquer dividendos ou outros itens relacionados com ações ordinárias potenciais diluidoras que tenham sido deduzidas para apurar o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da Companhia, qualquer participação reconhecida no período relacionada com as ações ordinárias potenciais diluidoras, e quaisquer outras alterações nas receitas ou despesas que resultariam da conversão das ações ordinárias potenciais diluidoras pelo número médio ponderado de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias (nota explicativa 19.i).

#### o) Benefícios a empregados

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opção de ações e de ações restritas para diretores e gerentes. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.



### 3. Políticas contábeis--Continuação

p) Informação por segmento

A Companhia concentra suas atividades na produção e comercialização de produtos agrícolas (soja, milho, trigo, algodão, cana-de-açúcar, girassol, sorgo e soja semente) e na aquisição e desenvolvimento de terras para agricultura, desta forma está organizada em dois segmentos de negócio: produção agrícola e investimentos em terras. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho.

Os produtos da Companhia não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Não existem outros segmentos ou qualquer agregação de segmentos operacionais.

q) Demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

O Grupo elaborou demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS7), utilizando o método indireto.

r) Normas novas ou revisadas

*Pronunciamentos novos ou revisados aplicadas pela primeira vez em 2017*

A Companhia entende que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB e CPC, com efeito, a partir de 1º. de janeiro de 2017 não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

*Normas emitidas mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2017*

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão abaixo representadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável quando entrarem em vigência.

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### r) Normas novas ou revisadas--Continuação

##### Alterações à IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações (Vigência a partir de 01/01/2018)

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia entende que as alterações não produzirão impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

##### IFRS 9 / CPC 48 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação do impacto dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas à Companhia em 2018, quando então passará a adotar a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo na adoção desta norma.

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### r) Normas novas ou revisadas--Continuação

##### IFRS 15 / CPC 47 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo modificado. A Companhia realizou uma avaliação da IFRS 15 de forma mais detalhada em 2017.

A Companhia atua no cultivo e comercialização de soja, milho, algodão e outras de menor relevância, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros, através de contratos com os clientes, configurando-se como uma única obrigação de desempenho.

A Companhia entende que a adoção da IFRS 15 não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia para estas operações. A Companhia espera que o reconhecimento de receita ocorra no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos somente de curto prazo de seus clientes. Eles são apresentados como adiantamentos de clientes na rubrica do passivo circulante. De acordo com a IFRS 15, a Companhia deve determinar se existe um componente de financiamento significativo em seus contratos. Contudo, as análises efetuadas pela Companhia apontam que os efeitos de componentes de financiamento não são significativos nos contratos, pois o período entre a transferência do grupo de um bem ou serviço prometido para um cliente e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço é normalmente inferior a 30 dias.

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### r) Normas novas ou revisadas--Continuação

##### IFRS 16 / CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil (Vigência a partir de 01/01/2019)

A IFRS 16 (CPC - 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil) foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

A Companhia avaliou de forma preliminar e entende que a norma deve gerar impactos em suas demonstrações financeiras. A avaliação quantitativa do efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras será realizada durante o ano de 2018.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

## 4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Atividade principal	Empresas	Diretas %	Indiretas %	Localização
Cultura de soja e milho.	Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A.	50,0	-	Mato Grosso - MT
Cultura de algodão e soja.	SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A.	50,1	-	Rio Grande do Sul - RS
Cultura de soja e milho.	Fazenda Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	50,1	Mato Grosso - MT
Participação em outras sociedades ou empreendimentos comerciais e imobiliários.	SLC Investimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Maranhão - MA
	Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Mato Grosso - MT
	Fazenda Pamplona Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Mato Grosso - MT
	Fazenda Planalto Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Mato Grosso - MT
	Fazenda Palmares Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Mato Grosso - MT
	Fazenda Parnaguá Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Mato Grosso - MT
	SLC Paiaguas Empreendimentos Agrícolas S.A.	100,0	-	Mato Grosso - MT
	SLC Perdizes Empreendimentos Agrícolas S.A.	100,0	-	Mato Grosso - MT
	SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Planeste Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	SOPER Agrícola Ltda	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	100,0	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Paineira Empreendimentos Agrícolas Ltda.	6,1	93,9	Rio Grande do Sul - RS

O exercício das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

A controlada indireta Catuaí Norte Participações S.A. foi incorporada pela controlada SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas Ltda. em 1º. de novembro de 2017, conforme detalhado na nota 11.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo

Modalidade	Rendimentos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	-	264	419	454	494
CDB-DI	99,55% do CDI*	283.612	205.563	286.175	232.070
Operação compromissada	99,68% do CDI*	183.821	684.278	307.779	824.872
Letra Arrendamento Mercantil	100,18% do CDI*	140.293	-	154.326	-
Outras aplicações	60,23 % do CDI*	594	5.953	594	7.070
		<b>608.584</b>	<b>896.213</b>	<b>749.328</b>	<b>1.064.506</b>
Caixa e equivalentes de caixa		484.616	767.009	611.539	888.740
Aplicações financeiras de curto prazo		123.968	129.204	137.789	175.766

(\*) Rendimento médio em 31 de dezembro de 2017.

As operações financeiras contratadas pela Companhia estão representadas por aplicação em certificados de depósitos bancários, operações compromissadas e letras de arrendamento mercantil, a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro de 2017, não excedendo o valor de negociação.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por CDB's, operações compromissadas e letra de arrendamento mercantil com prazo superior a 90 dias e carência para resgate em dezembro de 2017, além de títulos de capitalização e CDBs com prazo de resgate inferior a 365 dias e vinculados à reciprocidade de manutenção de saldos em contrapartida de liberação de empréstimos.

A exposição do grupo a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 22.

## 6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	20.004	38.026	22.816	39.889
Mercado externo	138.674	33.503	145.312	33.503
Total	<b>158.678</b>	<b>71.529</b>	<b>168.128</b>	<b>73.392</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e suas controladas não possuíam títulos cujo recebimento fosse considerado incerto e que estivessem vencidos e, portanto, não constituíram qualquer provisão para devedores duvidosos.

A exposição do grupo a risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na nota explicativa 22.

## 7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos agrícolas	236.523	175.057	263.413	165.276
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	235.165	245.756	279.771	289.717
Embalagens e material de acondicionamento	3.768	5.117	4.434	5.544
Peças de reposição	6.758	7.287	7.763	8.200
Adiantamentos a fornecedores	2.482	4.248	2.783	5.672
Outros estoques	9.647	11.062	11.360	12.512
Provisões para ajuste de estoque	-	(496)	-	(496)
	<b>494.343</b>	<b>448.031</b>	<b>569.524</b>	<b>486.425</b>

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou a necessidade de registrar provisão para ajuste a valor de mercado dos seus produtos agrícolas.

## 8. Ativo biológico

	Controladora				
	Soja	Algodão	Milho	Outras Culturas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	282.524	147.786	30.685	9.218	470.213
Gastos com plantio	436.407	571.581	108.299	30.919	1.147.206
Variação do valor justo	108.007	221.278	(2.754)	2.917	329.448
Colheita do produto agrícola	(561.844)	(786.590)	(102.530)	(27.651)	(1.478.615)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>265.094</b>	<b>154.055</b>	<b>33.700</b>	<b>15.403</b>	<b>468.252</b>
Ativo biológico - custos de formação	244.695	154.055	33.700	15.428	447.878
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	20.399	-	-	(25)	20.374

  

	Consolidado				
	Soja	Algodão	Milho	Outras Culturas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	330.231	148.702	32.904	9.337	521.174
Gastos com plantio	732.939	626.700	141.139	31.599	1.532.377
Variação do valor justo	126.312	248.831	(16.213)	2.917	361.847
Colheita do produto agrícola	(879.260)	(864.938)	(120.471)	(27.732)	(1.892.401)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>310.222</b>	<b>159.295</b>	<b>37.359</b>	<b>16.121</b>	<b>522.997</b>
Ativo biológico - custos de formação	289.103	159.295	37.359	16.146	501.903
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	21.119	-	-	(25)	21.094

Os saldos de culturas em formação estão substancialmente representados pelos gastos incorridos com a formação das safras tais como: sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada nas culturas.

## 8. Ativo biológico--Continuação

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos a Companhia adota o “Nível 3”.

As culturas de soja, milho e algodão ocorrem nos seguintes períodos:

Unidade	Localização	Culturas		
		Soja	Algodão	Milho
Fazenda Pamplona	Cristalina-GO	15/10 a 15/04	05/11 a 30/08	15/10 a 15/07
Fazenda Planalto	Costa Rica-MS	20/09 a 25/03	05/12 a 30/08	25/01 a 10/07
Fazenda Planorte	Sapezal-MT	20/09 a 15/03	15/12 a 30/08	15/01 a 10/07
Fazenda Paiaguás	Diamantino-MT	20/09 a 15/03	10/12 a 30/08	15/01 a 15/07
Fazenda Perdizes	Porto dos Gaúchos - MT	20/09 a 15/03	20/12 a 30/08	25/01 a 10/07
Fazenda Pioneira	Querência - MT	15/10 a 25/03	Não planta	25/01 a 15/07
Fazenda Panorama	Correntina-BA	15/10 a 30/04	20/11 a 30/08	Não planta
Fazenda Paladino	São Desidério - BA	15/10 a 30/04	20/11 a 30/08	Não planta
Fazenda Piratini	Jaborandi-BA	25/10 a 30/04	20/11 a 30/08	25/10 a 15/05
Fazenda Palmares	Barreiras-BA	15/10 a 30/04	20/11 a 30/08	15/10 a 15/07
Fazenda Parceiro	Formosa do Rio Preto -BA	15/10 a 30/04	Não planta	Não planta
Fazenda Parnaíba	Tasso Fragoso-MA	15/10 a 15/04	15/12 a 30/08	01/12 a 15/07
Fazenda Planeste	Balsas-MA	15/10 a 15/04	20/12 a 30/08	01/12 a 15/07
Fazenda Parnaguá	Santa Filomena-PI	01/11 a 15/04	Não planta	Não planta

Para o ano safra 2017/18, estão previstas as seguintes áreas para plantio:

Culturas	Área	Área plantada 2017/18	Área plantada 2016/17
Algodão	ha	95.173	87.440
Soja	ha	230.164	230.127
Milho	ha	76.088	71.790
Outras culturas *	ha	2.342	4.185
		<b>403.767</b>	<b>393.542</b>

(\*) As outras culturas compreendem as culturas de trigo, milho semente, sorgo, girassol e cana-de-açúcar.



## 9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda	<b>1.215</b>	9.320	<b>2.755</b>	11.422
Contribuição social	<b>57</b>	1.450	<b>355</b>	1.513
ICMS	<b>55.874</b>	47.242	<b>75.243</b>	61.268
COFINS	<b>9.133</b>	12.822	<b>20.660</b>	27.239
PIS	<b>1.876</b>	4.791	<b>4.371</b>	7.794
IRRF a recuperar	<b>1.579</b>	10.349	<b>4.657</b>	12.688
Outros	<b>431</b>	57	<b>708</b>	637
	<b>70.165</b>	86.031	<b>108.749</b>	122.561
Parcela classificada no ativo circulante	<b>31.542</b>	51.224	<b>45.908</b>	66.727
Parcela classificada no ativo não circulante	<b>38.623</b>	34.807	<b>62.841</b>	55.834

### Imposto de renda e contribuição social

Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão realizadas mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

### ICMS, PIS e COFINS a compensar/recuperar

Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia e de suas controladas, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

A estimativa de realização dos impostos sobre as vendas ICMS, PIS e COFINS é avaliada pela Administração com base em projeções estimadas de vendas de produtos agrícolas, comercialização de créditos tributários de ICMS e em ressarcimento ou compensação de PIS e COFINS com outros impostos gerados pela operação do grupo. Os prazos estimados de realização desses ativos estão descritos abaixo:

Ano de Vencimento	Controladora			Consolidado		
	ICMS	COFINS	PIS	ICMS	COFINS	PIS
2018	21.052	5.934	1.274	24.025	11.088	2.320
2019	19.800	3.199	602	21.200	7.339	1.544
2020	15.022	-	-	21.450	-	-
2021	-	-	-	8.568	2.233	507
	<b>55.874</b>	<b>9.133</b>	<b>1.876</b>	<b>75.243</b>	<b>20.660</b>	<b>4.371</b>

### IRRF a recuperar

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. Esses créditos são realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

## 10. Títulos a receber

Saldo substancialmente representado pela venda de 11.604 hectares a terceiros em 20 de dezembro de 2017, através de suas controladas Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda. e Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda. pelo montante de R\$176.654. As áreas alienadas foram as seguintes:

- Parcela da Fazenda Paiaguás, no estado do Mato Grosso, no total de 6.176 hectares; e
- Parcela da Fazenda Parceiro, no estado do Piauí, no total de 5.428 hectares.

O contrato prevê ainda que algumas formalizações documentais como transferência de reservas, registros em cartório de imóveis com os desdobramentos de suas matrículas e liberação de hipotecas, além da própria liquidação financeira, devem ser cumpridas nos próximos 12 meses a contar da assinatura do contrato.

O pagamento pela aquisição das terras foi dividido em duas parcelas, sendo a primeira, no montante de R\$52.996, correspondente a 30% do valor total e recebida no dia 28 de dezembro de 2017. O saldo remanescente, no valor de R\$123.658, foi depositado em uma conta garantida ("Escrow Account"), os quais permanecerão aplicados em títulos lastreados em Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) e liberados quando todas as transferências e formalizações forem plenamente atendidas.

Na mesma data, a Companhia assinou contrato de arrendamento destas terras, que continuarão sendo operadas pela Companhia (operação de "venda e *leaseback*"), com pagamento de arrendamento a valor de mercado, pelo prazo de 10 anos, com término previsto para 30 de agosto de 2027.

A receita pela venda das terras, assim como a baixa do custo dos ativos, foi reconhecida na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado, gerando na transação um ganho no valor de R\$ 80.228, líquido de efeitos tributários.

A movimentação do saldo de títulos a receber durante o exercício de 2017 é a seguinte:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.948	7.948
Vendas de terras	-	<b>176.674</b>
Recebimentos	<b>(565)</b>	<b>(53.561)</b>
Variação monetária e juros	<b>(5.839)</b>	<b>(5.860)</b>
Outros	<b>(1.544)</b>	<b>(1.544)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>-</b>	<b>123.657</b>

## 11. Investimentos (Controladora)

O total de investimentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é composto pelo seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Investimentos em controladas	<b>2.163.400</b>	1.998.838
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas (*)	<b>6.080</b>	-
	<b>2.169.480</b>	1.998.838

(\*) O saldo em 31 de dezembro de 2017 é composto por valores adiantados à Fazenda Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda., no montante de R\$3.500, e Fazenda Parnaguá Empreendimentos Agrícolas Ltda., no montante de R\$2.580.

Os investimentos relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, estão demonstrados no quadro a seguir:

Investimento	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro não realizado no patrimônio líquido em operações com partes relacionadas	Lucro líquido do exercício	Lucro (perda) não realizado no resultado do exercício em operações com partes relacionadas	Ações ordinárias/quotas possuídas	Percentual de participação direta	Resultado da equivalência patrimonial	Total do investimento em 31/12/2017
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	20.488	218.153	(11.444)	5.871	(10.832)	20.488	100,00%	(4.961)	206.709
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	57.050	184.769	(6.514)	6.041	(2.133)	57.050	100,00%	3.908	178.255
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A.	91.672	60.960	-	(260)	-	45.836	50,00%	(130)	30.480
SLC-MIT Emp. Agr. S.A	109.934	105.059	(101)	19.100	(6)	55.077	50,10%	9.566	52.584
SLC Invest. Agrícolas Ltda.	272.534	733.958	(2.370)	54.129	10.807	272.534	100,00%	64.936	731.588
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda.	31.766	161.900	(3.519)	5.845	(927)	31.766	100,00%	4.918	158.381
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	9.137	227.455	(5.790)	9.038	597	9.137	100,00%	9.635	221.665
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda.	109.800	163.642	(2.801)	5.356	611	109.800	100,00%	5.967	160.841
Fazenda Parnaguá Emp. Agr. Ltda.	29.211	47.326	(423)	715	(110)	29.211	100,00%	605	46.903
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	73.985	126.960	-	9.211	-	4.500	6,082%	560	7.722
SLC Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	20.347	295.789	(5.634)	61.558	1.864	20.347	100,00%	63.422	290.155
SLC Perdizes Emp. Agr. Ltda.	71.263	80.547	(2.430)	2.461	242	71.263	100,00%	2.703	78.117
								<b>161.129</b>	<b>2.163.400</b>

## 11. Investimentos (Controladora)--Continuação

As principais movimentações nos investimentos em participações societárias permanentes diretas, em 31 de dezembro de 2017, são como segue:

Investimento	Saldos em 31/12/2016	Integralização de capital	Dividendos distribuídos ou juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Ganhos (perdas) não realizados com instrumentos de hedge	Outros resultados abrangentes			Saldos em 31/12/2017
						Alteração de critério de tributação sobre ativos imobilizados (impostos diferidos) - Nota 17	Ajuste sobre valor justo atribuído a propriedade para investimento	Outros ajustes	
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	167.574	-	(12.004)	(4.961)	-	55.601	-	499	206.709
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	184.138	9	(9.800)	3.908	-	-	-	-	178.255
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A. <sup>1</sup>	31.459	-	-	(130)	(849)	-	-	-	30.480
SLC-MIT Emp. Agr. S.A. <sup>1</sup>	44.319	-	-	9.566	(1.300)	-	-	(1)	52.584
SLC Invest. Agrícolas Ltda.	661.361	5.791	(500)	64.936	-	-	-	-	731.588
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda.	160.776	-	(7.313)	4.918	-	-	-	-	158.381
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	223.430	-	(11.400)	9.635	-	-	-	-	221.665
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda.	158.393	-	(6.500)	5.967	-	-	2.981	-	160.841
Fazenda Parnaguá Emp. Agr. Ltda.	43.797	2.501	-	605	-	-	-	-	46.903
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	7.162	-	-	560	-	-	-	-	7.722
SLC Paiguás Emp. Agr. Ltda.	241.015	-	(15.549)	63.422	-	-	1.267	-	290.155
SLC Perdizes Emp. Agr. Ltda.	75.414	-	-	2.703	-	-	-	-	78.117
	1.998.838	8.301	(63.066)	161.129	(2.149)	55.601	4.248	498	2.163.400

(1) A Companhia possui controle sobre a Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A. e SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A. por ser a responsável pela gestão das atividades relevantes destas empresas, estando exposta aos retornos variáveis do investimento em função de seu poder sobre ele.

## 11. Investimentos (Controladora)--Continuação

A seguir apresentamos as principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes, em 31 de dezembro de 2017:

Controladas Diretas e Indiretas							
Empresas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	35	231.910	2.110	45.066	184.769	11.909	5.868
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A.	61.321	132.916	100.597	32.681	60.959	87.113	87.373
SLC-MIT Emp. Agr. S.A.	166.391	103.202	140.548	23.986	105.059	198.785	179.685
SLC Investimentos Agrícolas Ltda	188	745.873	11.574	529	733.958	54.580	451
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda	29	166.713	160	4.682	161.900	7.428	1.583
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	87	234.925	245	7.312	227.455	11.708	2.670
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda	2.285	163.459	308	1.794	163.642	9.643	4.287
Fazenda Parnaguá Emp. Agr. Ltda.	71	50.542	244	3.043	47.326	2.354	1.639
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	80	228.139	1.887	8.179	218.153	12.364	6.493
SLC Paiaguás Emp. Agrícolas Ltda.	114.176	195.942	5.489	8.840	295.789	127.749	66.191
SLC Perdizes Emp. Agrícolas Ltda.	715	90.159	6.633	3.694	80.547	7.180	4.719
SLC LandCo Emp. Agrícolas S.A.	49.526	516.044	1.938	-	563.632	24.943	6.172
Fazenda Planeste Emp. Agr. Ltda.	3.803	136.011	195	3.709	135.910	9.886	2.326
Fazenda Piratini Emp. Agr. Ltda	2.425	116.562	49	2.140	116.798	4.253	990
Fazenda Panorama Emp. Agr. Ltda.	5.249	116.362	128	2.055	119.428	7.246	1.957
SOPER Agrícola Ltda	392	2.116	3	7	2.498	209	57
Fazenda Parceiro Emp. Agr. Ltda.	62.643	88.465	2.937	1.350	146.821	61.045	31.199
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	5.467	128.608	5.550	1.564	126.961	10.242	1.030

### Incorporação de controlada

Em 01 de novembro de 2017, a controlada Catuaí Norte Participações S.A. foi incorporada pela SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A., sua controladora integral, a valores de livros, não acarretando em alteração do capital social tampouco em impactos no resultado do exercício.

A reestruturação societária visa maior eficiência operacional, administrativa e financeira, bem como na redução dos custos operacionais dessas sociedades, atendendo aos interesses dos sócios.

A tabela abaixo resume os ativos e passivos em 01 de novembro de 2017, data da incorporação:

Catuaí Norte Participações S.A	
Investimentos	2.465
Demais ativos	10
Passivos	(21)
Total dos ativos identificáveis, líquido	<u>2.454</u>

## 12. Imobilizado

	Controladora					
Custo do imobilizado bruto	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Transferências	Reclassificação (*)	Saldo em 31/12/2017
Correção e desenvolvimento do solo	334.343	23.004	(42)	-	-	357.305
Prédios e benfeitorias	133.110	243	(60)	24.100	-	157.393
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	601.283	32.609	(18.703)	6.740	(2.350)	619.579
Veículos	32.254	2.891	(1.046)	14	(270)	33.843
Móveis e utensílios	12.424	780	(431)	444	-	13.217
Equipamentos e instalações de escritório	10.353	1.719	(352)	-	-	11.720
Outros	2.070	177	(201)	-	-	2.046
Obras em andamento	36.960	43.511	(91)	(31.298)	-	49.082
Plantas portadoras	4.239	-	-	-	-	4.239
Total	1.167.036	104.934	(20.926)	-	(2.620)	1.248.424

(\*) Reclassificação para bens disponíveis para venda

<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
Correção e desenvolvimento do solo	240.637	18.015	-	-	-	258.652
Prédios e benfeitorias	24.646	5.045	-	-	-	29.691
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	309.297	41.165	(15.492)	-	-	334.970
Veículos	14.791	2.062	(833)	-	(255)	15.765
Móveis e utensílios	5.237	835	(241)	-	-	5.831
Equipamentos e instalações de escritório	6.819	1.342	(345)	-	-	7.816
Plantas portadoras	2.119	1.414	-	-	-	3.533
<b>Total</b>	<b>603.546</b>	<b>69.878</b>	<b>(16.911)</b>	<b>-</b>	<b>(255)</b>	<b>656.258</b>

<b>Valor residual líquido</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
Correção e desenvolvimento do solo	93.706	98.653
Prédios e benfeitorias	108.464	127.702
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	291.985	284.609
Veículos	17.464	18.078
Móveis e utensílios	7.187	7.386
Equipamentos e instalações de escritório	3.534	3.904
Outros	2.070	2.046
Obras em andamento	36.960	49.082
Plantas portadoras	2.120	706
<b>Total</b>	<b>563.490</b>	<b>592.166</b>

## 12. Imobilizado--Continuação

Consolidado						
<b>Custo do imobilizado bruto</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Reclassificação (*)</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
Terras de cultura	1.820.821	4.400	(84.536)	-	16.881	1.757.566
Correção e desenvolvimento do solo	520.035	32.027	(219)	-	-	551.843
Prédios e benfeitorias	287.893	1.779	(847)	29.239	182	318.246
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	688.931	37.060	(18.645)	6.740	(2.350)	711.736
Veículos	39.008	3.440	(1.165)	14	(270)	41.027
Móveis e utensílios	14.163	987	(584)	444	-	15.010
Equipamentos e instalações de escritório	15.447	1.907	(523)	-	-	16.831
Outros	5.700	213	(128)	-	-	5.785
Obras em andamento	48.139	48.641	(96)	(36.437)	(182)	60.065
Plantas portadoras	4.239	-	-	-	-	4.239
<b>Total</b>	<b>3.444.376</b>	<b>130.454</b>	<b>(106.743)</b>	<b>-</b>	<b>14.261</b>	<b>3.482.348</b>

(\*) Reclassificação de propriedade para investimentos no montante de R\$ 16.881 e reclassificação para bens disponíveis para venda no montante de R\$2.620

<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
Correção e desenvolvimento do solo	334.991	28.939	(44)	-	-	363.886
Prédios e benfeitorias	63.242	9.829	-	-	-	73.071
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	326.641	48.466	(15.593)	-	-	359.514
Veículos	17.577	2.260	(911)	-	(255)	18.671
Móveis e utensílios	5.540	983	(281)	-	-	6.242
Equipamentos e instalações de escritório	7.894	1.626	(374)	-	-	9.146
Outros	308	-	-	-	-	308
Plantas portadoras	2.119	1.414	-	-	-	3.533
<b>Total</b>	<b>758.312</b>	<b>93.517</b>	<b>(17.203)</b>	<b>-</b>	<b>(255)</b>	<b>834.371</b>

<b>Valor residual líquido</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
Terras de cultura	1.820.821	1.757.566
Correção e desenvolvimento do solo	185.044	187.957
Prédios e benfeitorias	224.651	245.175
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	362.290	352.222
Veículos	21.431	22.356
Móveis e utensílios	8.623	8.768
Equipamentos e instalações de escritório	7.553	7.685
Outros	5.392	5.477
Obras em andamento	48.139	60.065
Plantas portadoras	2.120	706
<b>Total</b>	<b>2.686.064</b>	<b>2.647.977</b>

## 12. Imobilizado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 as obras em andamento estavam substancialmente representadas pela construção de alojamentos, depósitos, oficinas, refeitórios, abrigos, assim como, na realização de terraplenagem e na perfuração de poços de irrigação no valor de R\$ 37.823. As construções e melhorias na unidade de armazenamento de grãos nas fazendas Paiaguás, Paladino e Pamplona representa R\$ 17.126. Construções e melhorias na algodoeira das fazendas Pamplona, Planeste, Planorte e Paiaguás representam R\$ 5.116. O valor de juros que foram capitalizados às obras em andamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 3.359 (R\$ 5.315 em 31 de dezembro de 2016). A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização foi de aproximadamente 8,34% a.a.

As baixas de terras de cultura no consolidado se referem a vendas de terras, conforme comentado na nota 10.

Em 31 de dezembro de 2017, existiam bens do ativo imobilizados dados em garantia à empréstimos bancários e processos judiciais no valor de R\$ 625.167 (R\$ 533.604 em 31 de dezembro de 2016).

## 13. Propriedades para investimento

	Consolidado				Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reclassificações (*)	Ajuste sobre o valor justo atribuído a propriedade para investimento	
Terras de cultura	109.528	-	(16.881)	-	92.647
Prédios e benfeitorias	2.015	-	-	-	2.015
Correção e desenvolvimento do solo	10.783	254	(83)	-	10.954
Ganho no valor justo	88.318	-	-	8.309	96.627
Total	210.644	254	(16.964)	8.309	202.243
Ajuste de valor justo – resultado do exercício				5.234	
Ajuste de valor justo – patrimônio líquido				3.075	

(\*) Reclassificação de propriedade para investimentos para imobilizado, no montante de R\$16.964.

Propriedades para investimentos incluem terras de cultura e a infraestrutura nelas existentes e que são arrendadas para terceiros.

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores independentes, em 24 de outubro de 2017. A Companhia realiza anualmente, a avaliação do valor justo dos bens registrados como propriedades para investimento.

O valor justo dos imóveis foi determinado pelo método comparativo direto de dados de mercado que consiste em determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes. Nesse método, ajustes são procedidos através da utilização de fatores que visam corrigir eventuais diferenças entre os bens disponíveis no mercado e o bem objeto da avaliação. Para determinação do valor justo das propriedades para investimento a Companhia adota o “Nível 3”.



### 13. Propriedades para investimento

#### Receita de aluguel de propriedade para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de alugueis, pelo período do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como receita operacional. No exercício de 2017 a receita de aluguel totalizou R\$3.613 (R\$3.343 em 2016).

### 14. Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos e as transações da Controladora com partes relacionadas são os seguintes:

#### a) Saldos com partes relacionadas

*Saldos a receber com partes relacionadas:*

	<b>Outras contas a receber</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Controladas diretamente</b>		
Fazenda Planorte Empr. Agr. Ltda	<b>810</b>	-
Fazenda Parnaíba Empr. Agr. Ltda	<b>61</b>	-
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda	<b>3</b>	179
SLC Investimentos Agrícolas Ltda	<b>6</b>	5
Fazenda Pioneira Empr. Agr. S.A	<b>156</b>	2
Fazenda Pamplona Empr. Agr. Ltda	<b>12</b>	5
Fazenda Planalto Empr. Agr. Ltda	<b>6</b>	5
Fazenda Parnaguá Empr. Agr. Ltda	<b>248</b>	823
Fazenda Palmares Empr. Agr. Ltda	<b>6</b>	5
SLC Paiaguas Empr. Agr. Ltda	<b>12</b>	5
SLC Perdizes Empr. Agr. Ltda	<b>6</b>	5
<b>Controladas indiretamente</b>		
Fazenda Piratini Empr. Agr. Ltda	<b>45</b>	1.884
SLC LandCo Emp. Agr. S.A.	-	44
SLC - MIT Empr. Agr. S.A	<b>490</b>	-
Fazenda Paineira Empr. Agr. Ltda	<b>5.173</b>	5.172
Fazenda Parceiro Empr. Agr. Ltda	<b>66</b>	5
<b>Outras partes relacionadas</b>	-	3
<b>Total</b>	<b>7.100</b>	<b>8.142</b>

## 14. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

### a) Saldos com partes relacionadas--Continuação

*Saldos a pagar com partes relacionadas:*

	Arrendamentos a pagar		Outras contas a pagar		Total a pagar	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Controladas diretamente</b>						
Fazenda Parnaíba Empr. Agr. Ltda	2.821	3.921	-	-	2.821	3.921
Fazenda Planorte Empr. Agr. Ltda	3.066	4.331	-	-	3.066	4.331
Fazenda Pamplona Empr. Agr. Ltda	1.901	2.637	-	-	1.901	2.637
Fazenda Planalto Empr. Agr. Ltda	2.277	4.306	-	-	2.277	4.306
Fazenda Pioneira Empr. Agr. S.A	300	-	-	-	300	-
Fazenda Palmares Empr. Agr. Ltda	1.300	1.255	-	-	1.300	1.255
Fazenda Parceiro Empr. Agr. Ltda	-	71	-	-	-	71
SLC Paiguas Empr. Agr. Ltda	1.700	6.001	-	-	1.700	6.001
<b>Controladas indiretamente</b>						
Fazenda Planeste Empr. Agr. Ltda	3.207	2.952	-	-	3.207	2.952
Fazenda Panorama Empr. Agr. Ltda	2.298	2.114	-	-	2.298	2.114
Fazenda Piratini Empr. Agr. Ltda	1.352	1.352	-	-	1.352	1.352
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda	146	-	-	-	146	-
SLC - MIT Empr. Agr. S.A	-	-	-	466	-	466
Soper Agrícola Ltda.	66	56	-	-	66	56
SLC Landco Empr. Agr. S.A.	77	105	-	-	77	105
Fazenda Paineira Empr. Agr. Ltda	2.376	-	-	-	2.376	-
<b>Controladora</b>						
SLC Participações S.A.	-	-	245	863	245	863
<b>Outras partes relacionadas</b>						
SLC Alimentos S.A.	-	-	8	33	8	33
Outras Partes Relacionadas	-	-	-	54	-	54
<b>Total</b>	<b>22.887</b>	<b>29.101</b>	<b>253</b>	<b>1.416</b>	<b>23.140</b>	<b>30.517</b>

A SLC Participações S.A. é o controlador final da Companhia. Não há transações relevantes com o controlador, exceto pagamento de dividendos.

## 14. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

### b) Transações com partes relacionadas

	Vendas de Mercadorias/ Produtos/ Imobilizado/Prestação de Serviço	Custos de Arrendamentos	Compras de Mercadorias/ Produtos/Aluguéis/Tratamento corporativa	Receitas Financeiras - Juros e Variação Monetária	Despesas Financeiras - Fee de garantia
Fazenda Planorte Empr. Agr. Ltda					
<b>Total em 31/12/2017</b>	-	<b>11.896</b>	-	-	-
Total em 31/12/2016	140	4.916	13	1.460	-
Fazenda Parnaíba Empr. Agr. Ltda					
<b>Total em 31/12/2017</b>	-	<b>12.330</b>	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	18.905	-	-	-
Fazenda Parnagua Empr. Agr. Ltda					
<b>Total em 31/12/2017</b>	-	<b>1.317</b>	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	773	-	-	-
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda					
<b>Total em 31/12/2017</b>	<b>3.628</b>	-	<b>214</b>	-	-
Total em 31/12/2016	4.315	-	132	-	-
Fazenda Pamplona Empr. Agr. Ltda					
<b>Total em 31/12/2017</b>	-	<b>7.377</b>	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	8.532	-	-	-
Fazenda Planalto Empr. Agr. Ltda					
<b>Total em 31/12/2017</b>	-	<b>11.625</b>	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	13.583	-	-	-
SLC Paiaguás Empr. Agr. Ltda					
<b>Total em 31/12/2017</b>	-	<b>13.563</b>	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	20.423	-	-	-
Fazenda Palmares Empr. Agr. Ltda					
<b>Total em 31/12/2017</b>	-	<b>6.007</b>	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	9.206	-	-	-
SLC Perdizes Empr. Agr. Ltda					
<b>Total em 31/12/2017</b>	-	<b>4.273</b>	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	7.100	-	-	-
Fazenda Panorama Empr. Agr. Ltda					
<b>Total em 31/12/2017</b>	-	<b>4.730</b>	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	6.188	-	-	-

## 14. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

### b) Transações com partes relacionadas--Continuação

	Vendas de Mercadorias/ Produtos/ Imobilizado/Prestação de Serviço	Custos de Arrendamentos	Compras de Mercadorias/ Produtos/Aluguéis/Tratamento corporativa	Receitas Financeiras - Juros e Variação Monetária	Despesas Financeiras - Fee de garantia
Fazenda Planeste Empr. Agr. Ltda					
<b>Total em 31/12/2017</b>	-	<b>6.605</b>	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	8.543	-	-	-
Fazenda Piratini Empr. Agr. Ltda					
<b>Total em 31/12/2017</b>	-	<b>3.024</b>	-	-	-
Total em 31/12/2016	160	3.749	-	-	-
Fazenda Parceiro Empr. Agr. Ltda					
<b>Total em 31/12/2017</b>	-	<b>812</b>	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	1.154	-	-	-
Fazenda Pioneira Empr. Agr. S.A					
<b>Total em 31/12/2017</b>	<b>3.025</b>	-	<b>820</b>	-	-
Total em 31/12/2016	1.352	-	-	-	-
SLC-MIT Empr. Agr. S.A					
<b>Total em 31/12/2017</b>	<b>4.712</b>	-	<b>1.595</b>	-	<b>223</b>
Total em 31/12/2016	2.930	-	786	-	-
SLC Landco Empr. Agr. S.A.					
<b>Total em 31/12/2017</b>	-	<b>1.826</b>	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	1.231	-	-	-
SOPER Agrícola Ltda.					
<b>Total em 31/12/2017</b>	-	<b>112</b>	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	162	-	-	-
Outras Empresas					
<b>Total em 31/12/2017</b>	-	-	<b>2.240</b>	-	<b>661</b>
Total em 31/12/2016	-	-	321	-	-
Total					
<b>Total em 31/12/2017</b>	<b>11.365</b>	<b>85.497</b>	<b>4.869</b>	-	<b>884</b>
Total em 31/12/2016	8.897	104.465	1.252	1.460	-

## 14. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

### c) Contratos de arrendamento a pagar

O contrato de arrendamento rural tem por objeto a entrega das terras, instalações e demais bens pelo arrendador para que o arrendatário explore a atividade agrícola através do cultivo de algodão, soja, milho e outras culturas em contraprestação a um valor a título de preço de arrendamento.

A partir de 02 de janeiro de 2011, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controlada SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda e suas controladas. Com a cisão ocorrida em 02 de janeiro de 2014 os direitos e obrigações foram transferidos para as novas empresas constituídas, sendo elas: Fazenda Parnaguá Empreendimentos Agrícolas Ltda., Fazenda Pamplona Empreendimentos Agrícolas Ltda., Fazenda Planalto Empreendimentos Agrícolas Ltda., SLC Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda., SLC Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda., Fazenda Palmares Empreendimentos Agrícolas Ltda., SLC Investimentos Agrícolas Ltda. O contrato de arrendamento tem como prazo mínimo de 20 anos, sendo que a renovação depende da vontade das partes, no entanto os arrendatários possuem preferência.

A partir de 01 de setembro de 2012, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controlada (indireta) SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. e suas controladas, por um prazo mínimo de 20 anos.

A partir de 01 de setembro de 2013, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado entre a controlada (indireta) SOPER Agrícola Ltda e a Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda. Em 01 de setembro de 2015 ocorreu a cisão parcial da Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda., passando esse contrato a vigorar com a SLC Agrícola S.A.

A partir de 01 de setembro de 2015, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controlada (indireta) SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A., por um prazo mínimo de 20 anos.

A partir de 18 de novembro de 2015, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controlada Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda., por um prazo mínimo de 20 anos.

A partir de 19 de setembro de 2016, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controlada Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda., por um prazo mínimo de 20 anos.

## 14. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

### c) Contratos de arrendamento a pagar--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017, o preço anual do arrendamento, no valor de R\$94.452, referente à safra 2017/18, pode ser assim demonstrado:

Fazenda	Moeda	Valor	
		2017	2016
Fazenda Planalto	R\$	13.426	12.883
Fazenda Pamplona	R\$	8.082	7.890
Fazenda Planeste	R\$	9.594	8.831
Fazenda Panorama	R\$	6.864	6.324
Fazenda Piratini	R\$	4.044	4.044
Fazenda Palmares	R\$	8.421	9.015
Fazenda Paiaguás	R\$	11.862	17.954
Fazenda Parceiro	R\$	162	1.136
Fazenda Perdizes	R\$	5.326	6.274
Fazenda Parnaíba	R\$	12.614	14.124
Fazenda Parnaguá	R\$	1.420	1.054
Fazenda Planorte	R\$	12.637	14.708
<b>Total</b>		<b>94.452</b>	<b>104.237</b>

O preço do arrendamento é pago anualmente, pelo seu valor em reais, convertido pelo valor da cotação de balcão da saca de soja de cada região no dia do pagamento, conforme cláusula contratual. A fixação do preço da saca de soja deve ser estabelecida pelo arrendador com antecedência mínima de 15 dias, sem previsão de repactuação.

### d) Honorários da administração

A Companhia considera como pessoal-chave da Administração os Conselheiros não remunerados, os Conselheiros Independentes remunerados e os Diretores (Estatutários).

Os administradores são remunerados na forma de pró-labore e salários, pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos administradores, incluindo gratificações e outros benefícios, é apresentado em rubrica específica na demonstração do resultado e está detalhada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pró-labore	5.299	5.114	5.975	5.753
Gratificações	2.527	2.586	2.681	2.933
Encargos	2.267	2.117	2.479	2.319
Plano de opções de ações	1.335	1.945	1.582	2.301
Outros benefícios	266	41	269	48
<b>Total</b>	<b>11.694</b>	<b>11.803</b>	<b>12.986</b>	<b>13.354</b>

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

## 15. Empréstimos e financiamentos

		Taxas médias anuais de juros (%)		Controladora		Consolidado	
	Indexador	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Aplicados no Imobilizado</u>							
Finame – BNDES	Pré, TJLP* e Cesta de Moedas	5,58%	7,08%	67.104	124.141	111.718	177.635
Fundos constitucionais	Pré	-	7,23%	-	6.980	-	6.980
Financiamento de investimento	US\$ e Libor**	-	6,50%	-	3.787	-	3.787
				67.104	134.908	111.718	188.402
<u>Aplicados no Capital de giro</u>							
Crédito rural	Pré	8,07%	12,82%	103.092	388.441	172.755	479.468
Fundos constitucionais**	Pré	-	10,50%	-	271.799	-	311.987
CRA	CDI	7,06%	-	201.161	-	201.161	-
Capital de giro	Pré	7,57%	-	176.098	-	235.554	-
Financiamento à exportação	Pré	9,00%	-	-	-	13.413	-
Financiamento à exportação	CDI	8,05%	13,30%	544.704	416.010	571.411	416.010
Financiamento à exportação	US\$, Libor	6,10%	5,62%	82.807	156.718	82.808	156.718
Financiamento à exportação	Swap US\$/CDI, Pré	3,45%	3,52%	200.354	313.243	200.354	348.660
				1.308.216	1.546.211	1.477.456	1.712.843
				1.375.320	1.681.119	1.589.174	1.901.245
Parcela classificada no circulante				703.723	978.891	860.976	1.155.641
Parcela classificada no não circulante				671.597	702.228	728.198	745.604

(\*) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

(\*\*) Libor (*London Interbank Offered Rate*): Taxa de juros cobrados pelos bancos de Londres, que serve como referência para a maioria dos empréstimos do sistema financeiro internacional.

Finame – BNDES – Linhas de investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). São garantidos por alienação fiduciária ou penhor dos bens financiados e por aval da Companhia e da SLC Participações S.A. (controladora). As amortizações são realizadas em base mensal, anual e semestral, após o período de carência, e se darão entre os períodos de 15/01/2018 a 15/05/2032.

## 15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Crédito Rural – Recursos destinados ao custeio e comercialização de safra, cujas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) elaborado pelo Banco Central do Brasil. São garantidos por aval da Companhia, e, em algumas operações, pelo penhor da safra. A periodicidade das suas amortizações é anual, com vencimentos entre os períodos de 27/09/2018 e 16/11/2018.

Financiamento à Exportação – Financiamento das exportações com linhas de curto e longo-prazo captado em reais ou dólar indexado a Libor 6 meses (*London Interbank Offered Rate*) mais taxa pré fixada ou somente taxa pré fixada: ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio), NCE (Nota de Crédito de Exportação) e PPE (Pré Pagamento de Exportação). A periodicidade das suas amortizações é anual, semestral ou conforme prazo negociado, com vencimentos entre os períodos de 12/01/2018 e 14/08/2020. São garantidos por aval da Companhia ou da SLC Participações S.A. (controladora) com hipoteca de terras ou “*clean*”. Estes contratos preveem o cumprimento de certos compromissos (“*covenants*”) aprovados pela Companhia (Liquidez Corrente, Participação de Capital de Terceiros, Dívida Financeira Líquida sobre o Ebitda e Liquidez de Caixa), conforme demonstrado abaixo.

CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio – Títulos de renda fixa, emitidos pela securitizadora Cibrasec em nome da SLC Agrícola, lastreados em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, abrangendo financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, à comercialização, ao beneficiamento ou à industrialização de produtos, insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. É garantido por hipoteca de terras. A periodicidade da sua amortização é de três anos, com juros semestrais, e pagamento no principal na data de vencimento, no dia 30/11/2020.

Capital de Giro – Linha em dólar, de curto prazo, com a finalidade de suprir a necessidade de caixa, com vencimento em 13/08/2018 e 23/11/2018. Lastreado em estoque ou produção. A amortização do principal é realizada ao final do contrato.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo apresentam a seguinte composição:

Anos de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	978.891	-	1.155.641
2018	<b>703.723</b>	385.721	<b>860.976</b>	393.994
2019	<b>476.650</b>	252.732	<b>493.028</b>	258.779
2020	<b>160.626</b>	18.980	<b>176.862</b>	24.760
2021	<b>9.546</b>	16.094	<b>15.023</b>	21.602
2022	<b>7.169</b>	10.702	<b>12.096</b>	15.340
Após 2022	<b>17.606</b>	17.999	<b>31.189</b>	31.129
	<b>1.375.320</b>	1.681.119	<b>1.589.174</b>	1.901.245



## 15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A exposição do Grupo ao risco de liquidez é divulgada na nota explicativa 22.

### Cláusulas contratuais de compromissos financeiros (*Covenants*)

Os contratos classificados como “Financiamentos a Exportação” prevêm o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*) das datas base de encerramento de cada exercício social aplicáveis à Companhia, conforme segue:

- (i) Índice de liquidez corrente (AC/PC): ativo circulante dividido pelo passivo circulante consolidado, igual ou superior a 1,2x (um vírgula duas vezes);
- (ii) Passivo total consolidado/ patrimônio líquido tangível: passivo total dividido pelo patrimônio líquido menos os ativos intangíveis do consolidado, igual ou inferior a 1,5x (um vírgula cinco vezes);
- (iii) Alavancagem líquida consolidado (dívida líquida financeira total consolidado/EBITDA consolidado): empréstimos e financiamentos totais, menos a posição de caixa, bancos e "equivalentes de caixa", menos os investimentos de curto prazo, dividido pelo resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização dos últimos 12 (doze) meses, igual ou inferior a 4,0x (quatro vezes);
- (iv) Liquidez de caixa consolidado: posição de caixa, bancos e "equivalentes de caixa" mais aplicações de curto prazo, igual ou superior a R\$ 75.000 (setenta e cinco milhões de reais).

O não cumprimento das cláusulas contratuais de compromissos financeiros pode ocasionar o vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos.

A Companhia está em conformidade com todas as cláusulas de compromisso em 31 de dezembro de 2017.

## **16. Provisão para riscos tributários, ambientais e trabalhistas**

Em 31 de dezembro de 2017, foi registrada provisão para contingências trabalhistas no valor de R\$1.890 na controladora e R\$2.116 no consolidado (R\$1.974 em 31 de dezembro de 2016 na controladora e R\$2.086 no consolidado). Referem-se a ações judiciais movidas por ex-funcionários, cuja probabilidade de perda foi apontada como provável por nossa assessoria jurídica. O valor referente a processos trabalhistas cuja perda foi classificada como possível e portanto, nenhuma provisão foi constituída, totalizava R\$1.079 na controladora e R\$1.377 no consolidado (R\$ 929 e R\$ 964, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia registrou provisão para processos ambientais no valor de R\$330 (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2017, cuja probabilidade de perda foi apontada como provável por nossa assessoria jurídica. A Companhia identifica ainda a existência de processos ambientais cujo risco de perda, de acordo com sua assessoria jurídica, é possível para o valor de aproximadamente R\$814 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.917 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2016), para os quais não há provisão contabilizada. Estes processos referem-se a ações movidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia – INEMA e Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Estado do Goiás – SECIMA.

O valor referente a processos tributários cuja perda foi considerada como possível pela assessoria jurídica e, conseqüentemente, nenhuma provisão para estas ações foi registrada, foi de R\$17.519 na controladora e de R\$20.261 no consolidado (R\$ 8.929 e R\$ 17.638, respectivamente em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia respeita e procura atender a todas as questões ambientais, legais, e faz do respeito ao meio ambiente, colaboradores e demais partes interessadas um dos compromissos fundamentais do seu trabalho, combinando o emprego de técnicas agrícolas modernas com a adoção de práticas voltadas à sustentabilidade. Estas ações tomam proporções maiores que o mero cumprimento da legislação, reforçadas através do processo atual de implantação de um Sistema de Gestão Integrado - SGI, balizado nas normas ISO 14001 (Gestão Ambiental), OHSAS 18001 (Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional) e NBR 16001 (Gestão da Responsabilidade Social).

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos.

## 17. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados a seguinte natureza:

Descrição	Controladora					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Provisão para ajuste de estoque	-	-	-	124	45	169
Provisão para participação nos resultados	5.969	2.149	8.118	611	220	831
Operações com derivativos	25.636	9.229	34.865	15.485	5.575	21.060
Provisão para Senar	2.493	897	3.390	2.372	854	3.226
Outras	2.021	729	2.750	1.712	616	2.328
Prejuízos fiscais e base negativa	2.602	1.320	3.922	30.281	11.049	41.330
	38.721	14.324	53.045	50.585	18.359	68.944
Passivos:						
Depreciação incentivada atividade rural	69.625	25.065	94.690	68.407	24.627	93.034
Ganho em aquisição de participação societária	5.647	2.033	7.680	5.647	2.033	7.680
Custo atribuído ativo imobilizado	18.935	6.817	25.752	17.924	6.453	24.377
Valor justo ativos biológicos	21.331	7.679	29.010	15.935	5.736	21.671
	115.538	41.594	157.132	107.913	38.849	146.762
Total líquido	(76.817)	(27.270)	(104.087)	(57.328)	(20.490)	(77.818)

## 17. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Descrição	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Provisão para ajuste de estoque	-	-	-	124	45	169
Provisão para participação nos resultados.	6.736	2.425	9.161	677	244	921
Provisão para perdas tributárias			-	32	12	44
Operações com derivativos	26.065	9.383	35.448	17.516	6.306	23.822
Provisão para Senar	2.493	897	3.390	2.372	854	3.226
Outras	2.726	1.006	3.732	1.862	670	2.532
Prejuízos fiscais e base negativa	48.175	17.727	65.902	77.256	27.960	105.216
	86.195	31.438	117.633	99.839	36.091	135.930
Passivos:						
Depreciação incentivada atividade rural	99.297	35.670	134.967	98.745	35.450	134.195
Ganho em aquisição de participação societária	5.539	1.994	7.533	5.539	1.994	7.533
Custo atribuído ativo imobilizado	69.875	28.659	98.534	114.748	44.316	159.064
Valor justo propriedades para investimento	1.933	1.043	2.976	1.767	954	2.721
Valor justo ativos biológicos	24.634	8.868	33.502	16.351	5.886	22.237
Outras	5.797	2.539	8.336	-	-	-
	207.075	78.773	285.848	237.150	88.600	325.750
Total líquido	(120.880)	(47.335)	(168.215)	(137.311)	(52.509)	(189.820)
Classificado no ativo não circulante	13.794	4.966	18.760	19.312	6.953	26.265
Classificado no passivo não circulante	(134.674)	(52.301)	(186.975)	(156.623)	(59.462)	(216.085)

Em 01 de Setembro de 2015, motivado pela reorganização societária do Grupo, a controlada “Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda.” que detinha terras de cultura no montante de R\$ 179.804 foi cindida parcialmente e incorporada pela Companhia. No exercício subsequente à incorporação, a Companhia e a controlada entenderam como adequado a manutenção da opção de tributação “Lucro Real”. Durante o exercício atual, alinhado ao planejamento tributário do Grupo, elegeu-se a tributação pelo lucro presumido, regime de caixa, tendo como motivo principal a potencial redução de tributos, visto o objeto social da controlada (venda de terras de cultura e arrendamento de terras).

Em função da alteração na forma de tributação sobre o lucro, a estimativa sobre a realização dos tributos diferidos também foi alterada. Os impostos diferidos foram recalculados tendo como base de presunção de lucro um percentual de 3,08% para Imposto sobre a renda (IR) e para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O impacto da mudança de estimativa afetou exclusivamente o montante de tributos diferidos alocados à atribuição de mais valia do imobilizado, decorrentes da adoção do deemed cost em 01 de janeiro de 2009, resultando na redução de R\$ 55.601 no imposto de renda e contribuição social diferidos (Passivo) e um aumento no mesmo montante em ajustes de avaliação patrimonial (Patrimônio líquido).

## 17. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

A mudança nas estimativas de tributos diferidos, não afetaram os componentes de resultados do período, considerando que no momento da adoção inicial do deemed cost e os correspondentes valores de tributos diferidos foram contabilizados diretamente em Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Essa mudança de estimativa não teve qualquer efeito nos fluxos de caixa da Companhia ou de suas controladas.

A Companhia e suas controladas, baseadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O estudo técnico considera os investimentos e os incentivos de redução de imposto de renda de até 75% sobre o lucro da exploração das fazendas localizadas em regiões incentivadas.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	62.551	-	67.001
2018	52.319	6.393	63.908	19.180
2019	726	-	10.490	11.173
2020	-	-	4.676	11.956
2021	-	-	4.251	9.155
2022	-	-	4.532	4.300
2023	-	-	4.825	3.548
2024	-	-	5.117	3.548
2025	-	-	6.137	3.548
2026	-	-	4.792	2.521
2027	-	-	8.905	-
	53.045	68.944	117.633	135.930

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

## 17. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

### Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

Conciliação da alíquota efetiva da Controladora:

	Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	457.505	457.505	6.299	6.299
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(114.376)	(41.175)	(1.575)	(567)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial	40.282	14.502	21.729	7.823
Adições e exclusões permanentes	(1.664)	(336)	(3.342)	(1.203)
Outros	1.584	19	517	264
Valor registrado no resultado	(74.174)	(26.990)	17.329	6.317
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		(101.164)		23.646
Impostos diferidos		(41.516)		27.558
Impostos correntes		(59.648)		(3.912)
Taxa efetiva		22,1%		-375,4%

Conciliação da alíquota efetiva do consolidado:

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	500.990	500.990	(4.161)	(4.161)
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(125.248)	(45.089)	1.040	374
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Adições e exclusões permanentes	(1.753)	(354)	(10.990)	(3.956)
Imposto de renda e contribuição social em controladas tributadas pelo regime de lucro presumido	28.979	9.769	26.164	9.345
Eliminação lucro não realizado	32	12	(2.539)	(913)
Outros	1.908	16	1.043	233
Valor registrado no resultado	(96.082)	(35.646)	14.718	5.083
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		(131.728)		19.801
Impostos diferidos		(54.567)		46.863
Impostos correntes		(77.161)		(27.061)
Taxa efetiva		26,3%		475,9%

## 17. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

### Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, registrados em contas de ativo e passivo na controladora e no consolidado, tem a sua movimentação demonstrada como segue:

Controladora					
Descrição	Saldo em 31/12/2016	Reclassificação	Reconhecidos no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2017
Provisão para ajuste de estoque	169	-	(169)	-	-
Provisão para participação nos resultados	831	-	7.287	-	8.118
Operações com derivativos	21.060	-	(1.985)	15.790	34.865
Provisão para Senar	3.226	-	164	-	3.390
Outras	2.328	-	422	-	2.750
Prejuízos fiscais e base negativa	41.330	(856)	(36.552)	-	3.922
Depreciação incentivada atividade rural	(93.034)	-	(1.656)	-	(94.690)
Ganho em aquisição de participação societária	(7.680)	-	-	-	(7.680)
Custo atribuído ativo imobilizado	(24.377)	313	(1.688)	-	(25.752)
Valor justo ativos biológicos	(21.671)	-	(7.339)	-	(29.010)
<b>Total</b>	<b>(77.818)</b>	<b>(543)</b>	<b>(41.516)</b>	<b>15.790</b>	<b>(104.087)</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>77.818</b>		<b>-</b>		<b>104.087</b>

  

Consolidado					
Descrição	Saldo em 31/12/2016	Reclassificação	Reconhecidos no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2017
Provisão para ajuste de estoque	169	-	(169)	-	-
Provisão para participação nos resultados	921	-	8.240	-	9.161
Provisão para perdas tributárias	44	-	(44)	-	-
Operações com derivativos	23.822	-	(6.375)	18.001	35.448
Provisão para Senar	3.226	-	164	-	3.390
Outras	2.532	-	1.200	-	3.732
Prejuízos fiscais e base negativa	105.216	-	(39.314)	-	65.902
Depreciação incentivada atividade rural	(134.195)	-	(772)	-	(134.967)
Ganho em aquisição de participação societária	(7.533)	-	-	-	(7.533)
Custo atribuído ativo imobilizado	(159.064)	899	2.265	57.366	(98.534)
Valor justo propriedades para investimento	(2.721)	-	(161)	(94)	(2.976)
Valor justo ativos biológicos	(22.237)	-	(11.265)	-	(33.502)
Outras	-	-	(8.336)	-	(8.336)
<b>Total</b>	<b>(189.820)</b>	<b>899</b>	<b>(54.567)</b>	<b>75.273</b>	<b>(168.215)</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>26.265</b>				<b>18.760</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(216.085)</b>				<b>(186.975)</b>

## 17. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

### Programa de regularização tributária

Em 29 de setembro de 2017, a Companhia e suas controladas Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda. e Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda., aderiram ao programa de regularização tributária, denominado PERT, conforme MP 783, de 31 de maio de 2017. Neste programa, a Companhia e suas controladas regularizaram débitos fiscais no total de R\$1.304, com a utilização de prejuízo fiscal no montante de R\$ 859, correspondente a 66% do total dos débitos e o restante, no montante de R\$ 445, será pago pela compensação com saldo negativo de períodos anteriores. Esse montante será quitado no mês de janeiro de 2018, de acordo com a MP 783, de 31 de maio de 2017.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia tem contabilizado R\$ 445 e R\$ 1.304, na controladora e consolidado, respectivamente, referente ao principal, multa e juros pela adesão a este programa. Esse valor está contabilizado na rubrica de “obrigações Sociais”.

## 18. Títulos a pagar (Consolidado)

A Companhia, por meio de suas controladas, possui contratos referentes à compra de terras, para seu uso e exploração. Estas aquisições são indexadas pela cotação da saca de soja na região em que o imóvel foi adquirido ou pelo IGP-M. Desta forma, os valores futuros mínimos serão normalmente estimados em quantidades de sacas de soja, na data de cada balanço.

A seguir demonstramos a movimentação desta rubrica:

	<b>Indexados em Sacas de Soja</b>	<b>Preço Fixo</b>	<b>Indexados em IGP-M</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	23.234	25.256	33.323	81.813
Pagamentos	<b>(10.570)</b>	<b>(21.825)</b>	<b>(35.583)</b>	<b>(67.978)</b>
Variação monetária	<b>(1.096)</b>	-	-	<b>(1.096)</b>
Juros/Despesas	-	<b>2.544</b>	<b>2.260</b>	<b>4.804</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>11.568</b>	<b>5.975</b>	-	<b>17.543</b>

## 19. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Capital Social subscrito, no valor de R\$947.522 está representado por 98.897.500 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.



## 19. Patrimônio Líquido--Continuação

### a) Capital social - continuação

A seguir apresentamos a distribuição das ações ordinárias entre os acionistas:

Acionista	Número de Ações	
	31/12/2017	31/12/2016
SLC Participações S.A.	50.469.371	50.469.371
Administradores e pessoas vinculadas	69.477	29.203
Ações em tesouraria	2.866.778	1.742.293
Outros	45.491.874	46.656.633
Total ações do capital integralizado	98.897.500	98.897.500
(-) Ações em tesouraria	(2.866.778)	(1.742.293)
Total de ações em circulação – excluindo ações em tesouraria	96.030.722	97.155.207

### b) Reserva de capital - Ágio na emissão de ações

Representada pelos ágios recebidos nas ofertas públicas de ações ocorridas em junho de 2007 e junho de 2008 e pelo ágio nas vendas de ações em tesouraria realizadas em conexão com os planos de opções de ações, deduzido dos custos de emissões dessas ações (comissões, honorários e outras despesas), líquidos dos efeitos tributários em conformidade com o CPC 10 (R1) (IFRS 2).

### c) Ações em tesouraria

A Companhia adquiriu ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior utilização no Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa 24), conforme deliberação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 29 de outubro de 2008.

O saldo de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2017 é de R\$60.596 e está composto por 2.866.778 ações (R\$30.652 em 31 de dezembro de 2016, composto por 1.742.293 ações).

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na última cotação em bolsa, anterior à data de encerramento do exercício social foi de R\$76.457 (R\$26,67 por ação) em 31 de dezembro de 2017 e R\$25.385 (R\$14,57 por ação) em 31 de dezembro de 2016.

## 19. Patrimônio Líquido--Continuação

### d) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social. Conforme previsão do Estatuto Social em seu artigo 35, alínea a, no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia constituiu reserva de legal de R\$ 17.600.

### e) Reserva para expansão

De acordo com disposições do Artigo 194 da Lei 6.404/76 e do Artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, será formada uma Reserva para Expansão com base no lucro que remanescer após as deduções legais e estatutárias, com a finalidade de aplicação em ativos operacionais ou dispêndios de capital, não podendo esta reserva ultrapassar o valor do capital social.

Em reunião realizada em 15 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$200.000 apurados na data de 30 de junho de 2017, à conta de reserva de lucros ("reserva para expansão"), correspondente a R\$ 2,06984255 por ação ordinária, excluídas as ações em tesouraria, com pagamento ocorrido no dia 10 de outubro de 2017.

A distribuição visa adequar o tamanho da reserva de expansão da Companhia, baseado no bom resultado corrente e na sua excessividade neste momento, justificando, assim, a distribuição dos dividendos intercalares.

### f) Reserva de retenção de lucros

O saldo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 refere-se ao saldo remanescente de resultados acumulados do exercício de 2007, que foi retido como reserva de retenção de lucros para a realização de novos investimentos, previstos em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 196 de Lei 6.404/76.

## 19. Patrimônio líquido--Continuação

### g) Reserva de investimento incentivada

Corresponde a benefícios fiscais concedidos pelos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e de Goiás, pela redução no valor do ICMS a recolher de 70% a 75%, na forma de crédito presumido, para as operações de algodão, caroço de algodão e milho.

### h) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

Em 26 de abril de 2017, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor total de R\$14.223, equivalente a 50% do lucro líquido ajustado, correspondendo a R\$ 0,14647 por cada ação ordinária, sendo R\$7.112 como dividendo mínimo obrigatório e R\$7.111 como dividendo adicional sobre o exercício de 2016, tendo como base o número total de ações (98.897.500) subtraído do número total de ações em tesouraria (1.742.293). O pagamento dos dividendos ocorreu em 10 de maio de 2017.

A composição dos cálculos dos dividendos propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ficou assim distribuído:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	<b>356.341</b>	29.945
Apropriação da reserva legal	<b>(17.600)</b>	(1.497)
Apropriação da reserva investimento incentivada	<b>(4.367)</b>	-
Base de cálculo dos dividendos propostos	<b>334.374</b>	28.448
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<b>83.595</b>	7.112
Dividendo adicional proposto - 35% (a)	<b>116.405</b>	7.112
Dividendos propostos	<b>200.000</b>	14.224
% sobre o lucro líquido	<b>60%</b>	50%

(a) Proposta da administração a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária, prevista para ocorrer em abril de 2018.

## 19. Patrimônio líquido--Continuação

### i) Resultado por ação

De acordo com o CPC 41 – Resultado por ação (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido (prejuízo) do exercício do consolidado e da controladora com os valores usados para calcular o lucro líquido (prejuízo) por ação básico e diluído.

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se referem aos planos de opções de ações. Para estes planos de opções de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de opções de ações aprovadas a partir de 2007.

A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício dos planos de opções de ações.

	31/12/2017	31/12/2016
<b><i>Numerador</i></b>		
Lucro líquido do exercício (a)	356.341	29.945
<b><i>Denominador</i></b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias (b)	95.939.133	97.091.249
Média ponderada do número de ações ordinárias, considerando efeitos dilutivos (c)	96.513.720	97.256.704
<b>Lucro básico por ação ordinária (a/b)</b>	<b>3,71424</b>	0,30842
<b>Lucro diluído por ação ordinária (a/c)</b>	<b>3,69213</b>	0,30790

### j) Outros resultados abrangentes

Os outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, são compostos como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
<b><i>Hedge accounting</i></b>	<b>(31.733)</b>	3.214
Custo atribuído de ativo imobilizado e ajuste a valor justo de propriedades para investimento	1.116.556	1.100.662
Ganho em diluição de capital de controladas	25.909	25.909
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b>1.110.732</b>	<b>1.129.785</b>

## 20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(117.217)	(123.813)	(142.366)	(148.648)
Variação cambial	(57.944)	(108.659)	(69.358)	(129.600)
Variação monetária	(5.660)	(12.153)	(7.516)	(19.257)
Perdas com operações de derivativos	(45.979)	(176.491)	(49.368)	(199.634)
Outras	(5.768)	(13.885)	(7.540)	(16.993)
	(232.568)	(435.001)	(276.148)	(514.132)
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	54.026	61.545	68.287	81.341
Variação cambial	64.193	187.860	80.112	223.087
Variação monetária	3.501	11.510	5.587	18.220
Ganhos com operações de derivativos	28.922	65.364	29.373	72.026
Outras	142	4.208	326	4.982
	150.784	330.487	183.685	399.656
Resultado financeiro	(81.784)	(104.514)	(92.463)	(114.476)

## 21. Compromissos

### 21.1. Contratos de venda para entrega futura

A Companhia e suas controladas têm contratos de venda para entrega futura com alguns clientes, conforme demonstrado a seguir:

Controladora					
Produto	Data de Entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Preço
<b>Safra 16/17</b>					
Milho	Jan/18	418.863	5	sc	R\$ 24,40
Algodão em Pluma	Jan/2018 - Maio/2018	13.372	16	ton	\$1.728,63
<b>Safra 17/18</b>					
Algodão em Pluma	Ago/2018 - Jun/2019	95.150	20	ton	\$1.735,02
Soja	Jun/2018 - Maio/2018	6.181.613	59	sc	\$18,62
Milho	Jan/2018 - Dez/2018	3.791.667	19	sc	R\$ 20,73
Consolidado					
Produto	Data de Entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Preço
<b>Safra 16/17</b>					
Milho	Jan/18	418.863	5	sc	R\$ 24,40
Algodão em Pluma	Jan/2018 - Maio/2018	14.472	18	ton	\$1.725,10
<b>Safra 17/18</b>					
Algodão em Pluma	Ago/2018 - Jun/2019	103.400	24	ton	\$1.728,41
Soja	Jun/2018 - Maio/2018	7.321.132	67	sc	\$18,49
Milho	Jan/2018 - Dez/2018	4.118.333	21	sc	\$20,35

## 21. Compromissos--Continuação

### 21.2. Contratos de arrendamentos de terceiros

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuem contratados 136.446 hectares de arrendamento de terceiros, assim distribuídos:

Unidade	Localização	Área arrendada (em ha)	Vencimentos dos contratos	Valores (em sacas de soja/ha/ano)	Tipo do arrendamento
Pamplona	Cristalina-GO	6.752	2023	8,75	Operacional
Planalto	Costa Rica-MS	1.603	2019	17,58	Operacional
Planeste	Balsas-MA	16.890	2027	8,35	Operacional
Panorama	Correntina-BA	14.404	2023	11	Operacional
Palmares	Barreiras-BA	15.249	2023	10,75	Operacional
Parnaíba	Tasso Fragoso-MA	27.408	2026	5,46	Operacional
Paiguás	Diamantino-MT	24.141	2027	9,2	Operacional
Parceiro	Formosa do Rio Preto-BA	10.644	2027	5,63	Operacional
Paladino	São Desidério - BA	19.355	2023	5	Operacional
<b>Total</b>		<b>136.446</b>			

Os compromissos futuros relacionados a esses contratos estão fixados em sacas de soja de acordo com o preço médio, na região de cada unidade, na data do seu respectivo pagamento.

Além do arrendamento de terras de culturas, a Companhia possui contratos de alugueis operacionais de unidade de beneficiamento de algodão na Fazenda Palmares (em Barreiras-BA, por R\$1.850 por ano, até 31 de agosto de 2023) e na Fazenda Paladino (em São Desidério-BA, por R\$ 1.000 por ano, até 31 de agosto de 2021).

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos e alugueis mercantis operacionais, em Reais, da Companhia, são assim resumidos:

	Moeda	Controladora	Moeda	Consolidado
Pagamentos em até 1 ano	R\$	61.635	R\$	78.990
Pagamentos em mais de 1 ano e até 5 anos	R\$	207.500	R\$	288.297
Pagamentos em mais de 5 anos	R\$	69.705	R\$	154.112
<b>Total de pagamentos mínimos futuros de arrendamentos</b>	<b>R\$</b>	<b>338.840</b>	<b>R\$</b>	<b>521.399</b>

## **21. Compromissos--Continuação**

### **21.2. Contratos de arrendamentos de terceiros--Continuação**

Cabe destacar que os contratos de arrendamento com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção. Por este motivo, os valores futuros mínimos serão normalmente estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para Reais utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data de cada balanço. Os valores dos pagamentos mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja.

Em relação aos contratos de arrendamento com terceiros informamos também que: (i) não temos cláusulas de pagamento contingente; (ii) não há termos de renovação ou de opções de compra, exceto para o contrato da Fazenda Planalto, relativo à 1.603 ha, o qual tem renovação anual; (iii) nossos contratos são indexados à variação do preço da saca de soja, conforme divulgado acima, não existindo outras cláusulas de reajustamento; (iv) não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

## **22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros**

As receitas de vendas da Companhia e de suas controladas são geradas principalmente pela comercialização de *commodities* agrícolas como algodão, soja e milho; produtos que são cotados em dólares nas bolsas internacionais *Chicago Board of Trade - CBOT* e *Intercontinental Exchange Futures US - ICE*. Desta forma, a volatilidade do preço internacional da *commodity* e da taxa de câmbio são riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

## **22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação**

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2017, era, respectivamente, R\$639.894, e R\$690.284, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com o valor contábil de R\$671.597 e R\$728.198 (nota explicativa 15).

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente, foi realizada utilizando o seguinte critério:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente:



## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

	Controladora			
	Valor contábil		Valor Justo	
	31/12/2017	31/12/2016	Nível 2 31/12/2017	Nível 2 31/12/2016
<b>Ativos</b>				
<b><u>Valor justo através do resultado</u></b>				
Caixa e equivalentes de caixa	484.616	767.009	484.616	767.009
Aplicações financeiras curto prazo	123.968	129.204	123.968	129.204
<b>Subtotal</b>	<b>608.584</b>	<b>896.213</b>	<b>608.584</b>	<b>896.213</b>
<b><u>Empréstimos e recebíveis</u></b>				
Contas a receber de clientes	158.678	71.529	158.678	71.529
Créditos com partes relacionadas	7.100	8.142	7.100	8.142
Títulos a receber	-	7.948	-	6.341
<b>Subtotal</b>	<b>165.778</b>	<b>87.619</b>	<b>165.778</b>	<b>86.012</b>
<b><u>Valor justo de instrumentos hedge</u></b>				
Operações com derivativos	69.273	143.890	69.273	143.890
<b>Subtotal</b>	<b>69.273</b>	<b>143.890</b>	<b>69.273</b>	<b>143.890</b>
<b>Total Ativos</b>	<b>843.635</b>	<b>1.127.722</b>	<b>843.635</b>	<b>1.126.115</b>
<b>Passivos</b>				
<b><u>Passivos pelo custo amortizado</u></b>				
Empréstimos e financiamentos	1.375.320	1.681.119	1.345.355	1.636.127
Fornecedores	361.236	369.887	361.236	369.887
Débitos com partes relacionadas	23.140	30.517	23.140	30.517
Outras contas a pagar	213.901	61.506	213.901	61.506
<b>Subtotal</b>	<b>1.973.597</b>	<b>2.143.029</b>	<b>1.943.632</b>	<b>2.098.037</b>
<b><u>Valor justo de instrumentos hedge</u></b>				
Operações com derivativos	54.875	68.626	54.875	68.626
<b>Subtotal</b>	<b>54.875</b>	<b>68.626</b>	<b>54.875</b>	<b>68.626</b>
<b>Total Passivos</b>	<b>2.028.472</b>	<b>2.211.655</b>	<b>1.998.507</b>	<b>2.166.663</b>

## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	Nível 2 31/12/2017	Nível 2 31/12/2016
<b>Ativos</b>				
<u><b>Valor justo através do resultado</b></u>				
Caixa e equivalentes de caixa	611.539	888.740	611.539	888.740
Aplicações financeiras curto prazo	137.789	175.766	137.789	175.766
<b>Subtotal</b>	<b>749.328</b>	<b>1.064.506</b>	<b>749.328</b>	<b>1.064.506</b>
<u><b>Empréstimos e recebíveis</b></u>				
Contas a receber de clientes	168.128	73.392	168.128	73.392
Títulos a receber	123.657	7.948	123.657	6.341
<b>Subtotal</b>	<b>291.785</b>	<b>81.340</b>	<b>291.785</b>	<b>79.733</b>
<u><b>Valor justo de instrumentos hedge</b></u>				
Operações com derivativos	70.906	148.611	70.906	148.611
<b>Subtotal</b>	<b>70.906</b>	<b>148.611</b>	<b>70.906</b>	<b>148.611</b>
<b>Total Ativos</b>	<b>1.112.019</b>	<b>1.294.457</b>	<b>1.112.019</b>	<b>1.292.850</b>
<b>Passivos</b>				
<u><b>Passivos pelo custo amortizado</b></u>				
Empréstimos e financiamentos	1.589.174	1.901.245	1.553.952	1.844.704
Fornecedores	424.041	439.735	424.041	439.735
Outras contas a pagar	223.609	66.337	223.609	66.337
Títulos a pagar	17.543	81.813	17.543	82.274
<b>Subtotal</b>	<b>2.254.367</b>	<b>2.489.130</b>	<b>2.219.145</b>	<b>2.433.050</b>
<u><b>Valor justo de instrumentos hedge</b></u>				
Operações com derivativos	56.955	80.950	56.955	80.950
<b>Subtotal</b>	<b>56.955</b>	<b>80.950</b>	<b>56.955</b>	<b>80.950</b>
<b>Total Passivos</b>	<b>2.311.322</b>	<b>2.570.080</b>	<b>2.276.100</b>	<b>2.514.000</b>

## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### a) Política de utilização, objetivos e estratégias

O objetivo da utilização de instrumentos de derivativos financeiros pela Companhia e suas controladas é a proteção das margens operacionais (EBITDA). A Companhia criou um Comitê Executivo de Gestão de Riscos em julho de 2008 e aprovou a Política de Gestão de Riscos na reunião do Conselho de Administração de 29 de outubro de 2008. O Comitê Executivo de Gestão de Riscos é o órgão de ligação entre o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia. Sua missão envolve o apoio cotidiano às decisões da Diretoria, o monitoramento da obediência aos limites de risco estabelecidos e, quando o caso, a análise e avaliação preliminares de propostas de ajustes ou reformulação de políticas ou limites de risco para posterior submissão à deliberação do Conselho de Administração.

As operações de derivativos financeiros são realizadas com instituições financeiras de primeira linha (instituições do país com “*Rating*” de no mínimo “A” em pelo menos uma das três principais agências internacionais classificadoras de risco a saber: Moody’s, S&P e/ou Fitch), observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, de *commodities* e juros de suas contrapartes, regularmente.

### b) Ganhos (perdas) em instrumentos financeiros no patrimônio líquido da controladora e consolidado

As operações de contratos a termo (NDF), operação de NCE (vide nota 22.c) e swaps de *commodities*, são fixadas visando proteger a exposição das vendas futuras em dólar. Além disso, as operações de swap de dívidas visam proteger a variação cambial futura dos empréstimos em dólar. Essas operações são documentadas para registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”), em conformidade com o CPC 38. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados destes instrumentos contratados para operações próprias ou contratadas no âmbito consolidado para cobertura de vendas futuras.

### c) Risco de câmbio

Com o objetivo de proteção das receitas de vendas, da Companhia e suas controladas, que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, são utilizados instrumentos de derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de termo de moeda - NDF (*Non Deliverable Forward*).

## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### c) Risco de câmbio--Continuação

Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação destas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto, compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de derivativos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

Para análise da exposição ao risco da taxa de câmbio é atualizado constantemente o *Business Plan*, considerando as seguintes premissas: (I) projeção de área plantada; (II) produtividade esperada; (III) preços das commodities, que são cotados na moeda dólar, considerando a média ponderada por volume dos preços das vendas realizadas e os preços de mercado do volume a vender; e, (IV) a distribuição das vendas nos períodos analisados. Após a definição do *Business Plan* e a mensuração dos itens anteriormente expostos, chega-se na exposição cambial total.

Com base no custo já formado com a compra antecipada dos principais insumos (fertilizantes, defensivos e sementes) e estimativa de custos fixos, é determinada a margem operacional esperada. Desta forma, o comitê de gestão de riscos executa os parâmetros descritos na política de gestão de riscos, com o objetivo de reduzir o desvio padrão da margem operacional definida como meta.

No quadro abaixo demonstramos as posições, da Companhia e suas controladas, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado, a saber:

Descrição	Valor de referência (notional)			Valor Justo (MTM)			Valor na Curva (Accrual)		
	Moeda	31/12/2017	31/12/2016	Moeda	31/12/2017	31/12/2016	Moeda	31/12/2017	31/12/2016
<b>Contratos a Termo (NDF):</b>									
<b>Moeda estrangeira - Posição Vendida</b>									
Vencimento em 2017	USD	-	231.223		-	80.881		-	77.230
Vencimento em 2018	USD	<b>312.412</b>	31.870	R\$	<b>17.698</b>	6.571	R\$	<b>10.270</b>	5.779
Vencimento em 2019	USD	<b>28.481</b>	-	R\$	<b>267</b>	-	R\$	<b>(116)</b>	-
<b>TOTAL</b>	<b>USD</b>	<b>340.893</b>	263.093	<b>R\$</b>	<b>17.965</b>	87.452	<b>R\$</b>	<b>10.154</b>	83.009

## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### c) Risco de câmbio--Continuação

A seguir segue detalhamento da dívida em moeda estrangeira, a qual também está incluída na estrutura de hedge accounting da Companhia:

Contraparte	Tipo	Taxa Contratação	Notional	Fair Value 31/12/2017	Variação Cambial (*)	Valor Contábil
Banco Itaú BBA S/A	NCE	R\$1,9418	USD <u>25.000</u>	R\$ <u>82.700</u>	R\$ (34.155)	R\$ <u>82.808</u>
<b>Total</b>			<b>USD 25.000</b>	<b>R\$ 82.700</b>	<b>R\$ (34.155)</b>	<b>R\$ 82.808</b>

(\*) Valor diferido no patrimônio líquido ("hedge accounting"), em contrapartida às contas no grupo de empréstimos e financiamentos.

A seguir segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de "hedge accounting":

Vencimento	Moeda	Contratos a Termo (NDF)	Cédula de Crédito à Exportação (NCE) (*)	Total
Até 31/03/2018	R\$	7.177	-	7.177
Até 30/06/2018	R\$	6.297	-	6.297
Até 30/09/2018	R\$	881	-	881
Até 31/12/2018	R\$	3.344	-	3.344
Até 31/03/2019	R\$	231	-	231
Até 30/06/2019	R\$	35	(34.155)	(34.120)
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>17.965</b>	<b>(34.155)</b>	<b>(16.190)</b>

(\*) Valores referentes variação cambial classificado como *hedge accounting*. O valor de referência (Nocional) tem seu vencimento apresentado na nota explicativa 15.

## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### c) Risco de câmbio--Continuação

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte (da Companhia e suas controladas):

Descrição	Valor de Referência (notional)			Valor Justo		
	Moeda	31/12/2017	31/12/2016	Moeda	31/12/2017	31/12/2016
Banco Itaú BBA S/A	USD	25.843	17.597	R\$	1.028	3.574
Citibank S/A	USD	2.700	10.506	R\$	113	9.664
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	USD	51.317	-	R\$	(1.976)	-
Banco Bradesco S/A	USD	-	63.590	R\$	-	34.330
Banco Votorantim S/A	USD	54.406	4.950	R\$	487	353
Morgan Stanley S/A	USD	42.634	13.730	R\$	66	3.125
Banco J.P. Morgan S/A	USD	37.980	66.895	R\$	5.795	9.798
Banco Santander Brasil S/A	USD	58.230	66.800	R\$	8.878	21.360
Banco ABC Brasil S.A.	USD	9.028	7.900	R\$	(102)	1.357
Rabobank International Brasil S.A.	USD	58.755	11.125	R\$	3.676	3.891
<b>Total</b>	<b>USD</b>	<b>340.893</b>	<b>263.093</b>	<b>R\$</b>	<b>17.965</b>	<b>87.452</b>

Para determinação do valor justo das operações foram utilizados os seguintes critérios:

- Contratos a Termo (NDF) - foi considerada a curva futura do dólar publicada pela BM&F ([www.bmf.com.br](http://www.bmf.com.br)) no fechamento de cada exercício. Com base nesta informação, o ajuste projetado no vencimento de cada operação é descontado pela curva de juros entre a Ptax de fechamento do exercício e a cotação futura no vencimento do derivativo publicado pela BM&F.

## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### c) Risco de câmbio--Continuação

#### *Riscos da variação da taxa de câmbio*

A Companhia projetou o impacto potencial das operações destinadas à proteção cambial e do endividamento em dólares em 5 cenários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme segue:

- Cenário Provável: Com base no relatório FOCUS (BACEN) divulgado no dia 29 de dezembro de 2017, definimos o cenário provável com a cotação do dólar R\$ 3,3400 variando a partir da Ptax do dia 29 de dezembro de 2017 de R\$ 3,3080.
- Queda de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 2,5050, equivalente a 25% inferior à cotação do Cenário Provável.
- Queda de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 1,6700, equivalente a 50% inferior à cotação do Cenário Provável.
- Aumento de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 4,1750, equivalente a 25% superior à cotação do Cenário Provável.
- Aumento de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 5,0100, equivalente a 50% superior à cotação do Cenário Provável.

A seguir demonstramos o resumo dos impactos consolidados em cada cenário projetado:

#### Controladora

	Cenário Remoto Cotação R\$	Cenário Possível Cotação R\$	Cenário Provável Cotação R\$	Cenário Possível Cotação R\$	Cenário Remoto Cotação R\$
<b>Descrição</b>	<b>1,6700</b>	<b>2,5050</b>	<b>3,3400</b>	<b>4,1750</b>	<b>5,0100</b>
<b>Exercício 2018</b>					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(711.221)	(355.611)	(13.628)	355.611	711.221
Estimativa de compromissos em USD (2)	159.012	79.506	3.047	(79.506)	(159.012)
Contratos a Termo (NDF) (3)	291.315	145.657	5.582	(145.657)	(291.315)
Trade Finance (endividamento em dólar) (4)	20.875	10.438	400	(10.438)	(20.875)
<b>Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)-(4)</b>	<b>(240.019)</b>	<b>(120.010)</b>	<b>(4.599)</b>	<b>120.010</b>	<b>240.019</b>
<b>Exercício 2019</b>					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(757.338)	(378.669)	(14.512)	378.669	757.338
Estimativa de compromissos em USD (2)	29.933	14.967	574	(14.967)	(29.933)
Contratos a Termo (NDF) (3)	13.527	6.764	259	(6.764)	(13.527)
Trade Finance (endividamento em dólar) (4)	20.875	10.438	400	(10.438)	(20.875)
<b>Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)-(4)</b>	<b>(693.003)</b>	<b>(346.500)</b>	<b>(13.279)</b>	<b>346.500</b>	<b>693.003</b>
<b>Total</b>	<b>(933.022)</b>	<b>(466.510)</b>	<b>(17.878)</b>	<b>466.510</b>	<b>933.022</b>

## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### c) Risco de câmbio--Continuação

#### *Riscos da variação da taxa de câmbio*--Continuação

##### Consolidado

	Cenário Remoto Cotação R\$	Cenário Possível Cotação R\$	Cenário Provável Cotação R\$	Cenário Possível Cotação R\$	Cenário Remoto Cotação R\$
Descrição	1,6700	2,5050	3,3400	4,1750	5,0100
<b>Exercício 2017</b>					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(862.243)	(431.121)	(16.522)	431.121	862.243
Estimativa de compromissos em USD (2)	187.887	93.943	3.600	(93.943)	(187.887)
Contratos a Termo (NDF) (3)	333.841	166.921	6.397	(166.921)	(333.841)
Trade Finance (endividamento em dólar) (4)	20.875	10.438	400	(10.438)	(20.875)
<b>Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)-(4)</b>	<b>(319.640)</b>	<b>(159.819)</b>	<b>(6.125)</b>	<b>159.819</b>	<b>319.640</b>
<b>Exercício 2018</b>					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(844.001)	(422.001)	(16.172)	422.001	844.001
Estimativa de compromissos em USD (2)	34.036	17.018	652	(17.018)	(34.036)
Contratos a Termo (NDF) (3)	13.527	6.764	259	(6.764)	(13.527)
Trade Finance (endividamento em dólar) (4)	20.875	10.438	400	(10.438)	(20.875)
<b>Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)-(4)</b>	<b>(775.563)</b>	<b>(387.781)</b>	<b>(14.861)</b>	<b>387.781</b>	<b>775.563</b>
<b>Total</b>	<b>(1.095.203)</b>	<b>(547.600)</b>	<b>(20.986)</b>	<b>547.600</b>	<b>1.095.203</b>

A seguir demonstramos a exposição líquida de câmbio:

	Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016	
	(R\$)	(USD mil)	(R\$)	(USD mil)
Contas a receber de clientes (nota explicativa 6)	138.674	41.921	33.503	10.280
Fornecedores	(132.870)	(40.166)	(99.109)	(30.410)
Trade finance (endividamento em dólar)	(82.700)	(25.000)	(158.532)	(48.643)
<b>Exposição líquida do balanço patrimonial</b>	<b>(76.896)</b>	<b>(23.245)</b>	<b>(224.138)</b>	<b>(68.773)</b>

  

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	(R\$)	(USD mil)	(R\$)	(USD mil)
Contas a receber de clientes (nota explicativa 6)	145.312	43.927	33.503	10.280
Fornecedores	(156.658)	(47.357)	(118.899)	(36.482)
Trade finance (endividamento em dólar)	(82.700)	(25.000)	(158.532)	(48.643)
<b>Exposição líquida do balanço patrimonial</b>	<b>(94.046)</b>	<b>(28.430)</b>	<b>(243.928)</b>	<b>(74.845)</b>



## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### d) Risco de preço

A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente com nossos clientes com entrega física futura (*forward contracts*). Além disso, também são utilizados contratos de futuros, negociados em ambiente de bolsa, e operações financeiras de contratos de *swaps*, com instituições financeiras no mercado de balcão. Estas operações são negociadas com referência em preços das *commodities* cotados no mercado futuro. Todas as operações estão relacionadas à exposição líquida da produção da Companhia e de suas controladas, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Já as operações realizadas com instituições financeiras não necessitam de margens iniciais, pois estas operações são amparadas por limite de crédito pré-aprovado pelas instituições financeiras.

Na tabela abaixo, demonstramos os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra variação do preço das *commodities*, cujos efeitos estão registrados no patrimônio líquido por estarem registradas na forma de *hedge accounting*.

Descrição	Valor de Referência (nacional)			Valor Justo		
	Moeda	31/12/2017	31/12/2016	Moeda	31/12/2017	31/12/2016
<b>Com vencimentos em 2017</b>						
<b>Operações Financeiras</b>						
Commodities - Algodão	USD	-	79.315	-	-	(435)
Commodities - Milho	USD	-	1.641	-	-	96
<b>Subtotal</b>		-	80.956	-	-	(339)
<b>Com vencimentos em 2018</b>						
<b>Operações Financeiras</b>						
Commodities - Algodão	USD	42.672	-	R\$	(14.250)	-
<b>Subtotal</b>	USD	42.672	-	R\$	(14.250)	-
<b>Com vencimentos em 2019</b>						
<b>Operações Financeiras</b>						
Commodities - Algodão	USD	4.073	-	R\$	(821)	-
<b>Subtotal</b>	USD	4.073	-	R\$	(821)	-
<b>Total geral</b>	USD	46.745	80.956	R\$	(15.071)	(339)

## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### d) Risco de preço--Continuação

#### *Riscos da variação dos preços das commodities*

A Companhia projetou o impacto potencial da variação dos preços da soja e do algodão em 5 cenários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme segue:

- Cenário Provável: Com base no preço de fechamento de 29/12/2017 do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Queda de 25% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Queda de 50% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Aumento de 25% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Aumento de 50% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- A avaliação de sensibilidade de preços considera como exposição a totalidade da receita estimada (receita de venda altamente provável) e a totalidade de instrumentos de proteção contratados, geralmente representados por vendas futuras de produtos agrícolas, em relação à exposição desses mesmos itens vendidos (receita altamente provável protegida).

A seguir demonstramos o resumo dos impactos em cada cenário projetado convertido em R\$ pelo PTAX venda de fechamento de 29/12/2017:

## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### d) Risco de preço--Continuação

Variação da Receita altamente provável com cenários de preços					
Descrição	Cenário Remoto -50%	Cenário Possível -25%	Cenário Provável	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto +50%
<b>Algodão - 2017</b>					
Receita altamente provável	765.407	765.407	765.407	765.407	765.407
Receita altamente provável protegida	765.407	765.407	765.407	765.407	765.407
Exposição líquida	-	-	-	-	-
Variação da Exposição líquida	-	-	-	-	-
<b>Soja - 2017</b>					
Receita altamente provável	952.969	952.969	952.969	952.969	952.969
Receita altamente provável protegida	952.969	952.969	952.969	952.969	952.969
Exposição líquida	-	-	-	-	-
Variação da Exposição líquida	-	-	-	-	-
<b>Algodão - 2018</b>					
Receita altamente provável	799.234	817.693	836.154	854.613	873.072
Receita altamente provável protegida	762.314	762.314	762.314	762.314	762.312
Exposição líquida	36.920	55.379	73.840	92.299	110.760
Variação da Exposição líquida	(36.920)	(18.459)	-	18.459	36.920
<b>Soja - 2018</b>					
Receita altamente provável	708.008	781.220	854.432	927.644	1.000.856
Receita altamente provável protegida	561.584	561.584	561.584	561.584	561.584
Exposição líquida	146.424	219.636	292.848	366.060	439.272
Variação da Exposição líquida	(146.424)	(73.212)	-	73.212	146.424

A Companhia detém saldo de R\$ 17.543 de títulos a pagar, atrelados a contrato de compra de terras e indexados pela cotação da saca de soja, conforme descrito na nota 18. A Companhia considera que potenciais ganhos ou perdas referentes a variação da saca de soja para 2018 não são significativos, considerando a sensibilidade em cenários possíveis e remotos e as potenciais vendas de soja futura, que anulariam esses potenciais efeitos no resultado.

## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### e) Risco de juros

Uma parcela do endividamento da Companhia está vinculada a taxas de juros pós-fixadas. As taxas de juros pós-fixadas do nosso endividamento são a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), presente nas operações de financiamento do BNDES e a Libor (*London Interbank Offered Rate*), que é a taxa de juros utilizada em empréstimos internacionais.

Para proteção contra a variação cambial de operações de empréstimos, financiamentos e fornecedores no mercado externo, a Companhia realiza operações de hedge através de operações de *swap* com instituições financeiras de primeira linha. Estas operações consistem em uma troca de variação cambial e taxas de juros pré-fixada por taxa de juros em CDI mais Taxa Pré-fixada (posição passiva). O valor do principal (nocional) e vencimentos da operação de swap é idêntico ao fluxo da dívida, objeto do hedge. Desta forma, elimina-se o risco de flutuação do câmbio. Todas essas operações são documentadas para registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"), em conformidade com o CPC 38.

A seguir segue detalhamento da operação de swap de moeda e taxas de juros:

<u>Contraparte</u>	<u>Instrumento de Hedge</u>	<u>Objeto Hedgeado</u>	<u>Ajuste</u>
Tokio-Mitsubishi	Swap de R\$ 106MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 40MM a juros de 3,12% aa.	26.199
Rabobank	Swap de R\$ 78MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 20MM a juros de 4,10% aa.	(15.138)
Itau	Swap juros R\$8.5MM (Ativo Pré / Passivo CDI+1%aa.	Dívida R\$8.5MM a juros de 7,5% aa.	(4)
<b>Total</b>			<b>11.057</b>

### *Riscos da variação das taxas de juros*

Com o objetivo de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas da Companhia, com base na posição de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS (Bacen) de 29 de dezembro de 2017 definimos os índices para o CDI e Câmbio, já para a taxa Libor consideramos a curva futura da BM&F também de 29 de dezembro de 2017 e para a TJLP foi considerada a taxa válida na data de encerramento do exercício. Com base nestas informações definimos o Cenário Provável para a análise e, a partir deste, foram calculadas as variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi considerada a despesa financeira ou receita financeira bruta, não considerando incidência de tributos e o fluxo de vencimentos das dívidas e resgates das aplicações financeiras programadas para 2017. A data base da carteira foi 31 de dezembro de 2017 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### e) Risco de juros--Continuação

A seguir demonstramos o resumo dos impactos nos próximos 12 meses em cada cenário:

#### *Riscos da variação das taxas de juros--Continuação*

	Taxa de Juros*	Saldo em 31/12/2017	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
<b>Dívidas em Reais Taxa Pré-Fixada</b>							
Crédito Rural	8,07%	172.755	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
BNDES	5,28%	100.825	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Capital de Giro	7,57%	235.554	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Financiamento à Exportação	9,00%	13.413	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Dívidas em Reais Taxa Pós-Fixada</b>							
BNDES	TJLP	3.454	(254)	(314)	(375)	(435)	(496)
BNDES	UMBDES	7.415	(348)	(431)	(514)	(598)	(681)
BNDES	SELIC	24	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
Financiamento à Exportação	CDI + 1,00%	571.411	(25.896)	(35.738)	(45.581)	(55.423)	(65.266)
CRA	7,06%	201.161	-	-	-	-	-
<b>Dívidas em Dólares</b>							
NCE	Libor 6M + 4,14% a.a.	82.808	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
CCE	4,10% a.a.	67.896	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
PPE	3,12% a.a.	132.458	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Swaps - Dívidas em Dólares</b>							
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 3,12% a.a. Passivo: CDI + 0,921% a.a.	26.199	(1.144)	(1.595)	(2.046)	(2.498)	(2.949)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 4,10 % a.a. Passivo: CDI + 1%	(15.138)	673	934	1.194	1.455	1.716
<b>Aplicações Financeiras</b>							
CDB e Debêntures	99,70% CDI	748.874	25.721	38.582	51.442	64.303	77.164

(\*) Taxas médias anuais

(\*\*) Valores referente apuração do ajuste da operação em 31 de dezembro de 2017.

## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### f) Risco de crédito

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados: *trading companies* e companhias de tecelagem entre outros que usualmente adquirem grandes volumes para garantia de negociação local e internacional. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

Em função do mencionado acima, o risco de crédito assumido não é relevante. A companhia considera o saldo de contas a receber de clientes, como exposto a este risco. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo é de R\$158.678 na controladora e R\$168.128 no consolidado (R\$71.529 na controladora e de R\$73.392 no consolidado em 31 de dezembro de 2016).

### g) Risco de liquidez

Os fluxos brutos de saídas, divulgados abaixo representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionadas com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerradas antes do vencimento contratual. A tabela apresenta fluxos de caixa líquidos para derivativos de caixa liquidados pela exposição líquida e fluxos de caixa bruto de saída para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

	Controladora							
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
31 de dezembro de 2017								
Passivos financeiros								
Não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	1.375.320	1.476.984	729.142	519.412	182.058	11.730	9.283	25.359
Fornecedores	361.236	361.236	361.236	-	-	-	-	-
	1.736.556	1.838.220	1.090.378	519.412	182.058	11.730	9.283	25.359
Derivativos								
Operações com derivativos	(14.398)	(14.398)	(5.775)	(8.623)	-	-	-	-
	1.722.158	1.823.822	1.084.603	510.789	182.058	11.730	9.283	25.359

## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### g) Risco de liquidez--Continuação

31 de Dezembro de 2017	Consolidado							
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros</b>								
<b>Não derivativos</b>								
Empréstimos e financiamentos	1.589.174	1.707.986	892.699	537.587	201.379	18.237	15.405	42.679
Fornecedores	424.041	424.041	424.041	-	-	-	-	-
Títulos a pagar	17.543	17.543	17.543	-	-	-	-	-
	2.030.758	2.149.570	1.334.283	537.587	201.379	18.237	15.405	42.679
<b>Derivativos</b>								
Operações com derivativos	(13.951)	(13.951)	(5.387)	(8.564)	-	-	-	-
	2.016.807	2.135.619	1.328.896	529.023	201.379	18.237	15.405	42.679

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade possam ocorrer significativamente mais cedo ou em valores diferentes.

### h) Resumo das operações de derivativos em aberto

A seguir estão apresentados os instrumentos financeiros derivativos da Companhia consolidados e que estão refletidos nas contas patrimoniais:

Descrição	Valor de referência (notional)			Moeda	Valor justo registrado no ativo		Valor justo registrado no passivo	
	Moeda	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Operações de Proteção Cambial</b>								
Contratos NDF - 22.c	USD	340.893	263.093	R\$	24.882	87.489	6.917	37
Contratos Trade Finance* - 22.c	USD	25.000	48.643	R\$	-	-	34.155	65.550
<b>Subtotal</b>	<b>USD</b>	<b>365.893</b>	<b>311.736</b>	<b>R\$</b>	<b>24.882</b>	<b>87.489</b>	<b>41.072</b>	<b>65.587</b>
<b>Operações de Proteção dos Produtos- Operações financeiras</b>								
Algodão - 22.d	USD	46.745	79.315	R\$	2.220	4.286	17.291	4.721
Milho - 22.d	USD	-	1.641	R\$	-	116	-	20
<b>Subtotal</b>	<b>USD</b>	<b>46.745</b>	<b>80.956</b>	<b>R\$</b>	<b>2.220</b>	<b>4.402</b>	<b>17.291</b>	<b>4.741</b>
<b>Operações de Proteção Cambial</b>								
Swap VC+Pré x CDI+Pré	USD	60.000	104.836	R\$	43.804	56.720	32.747	72.836
Swap VC+Pré x CDI	USD	-	25.837	R\$	-	-	-	3.336
<b>Subtotal</b>	<b>USD</b>	<b>60.000</b>	<b>130.673</b>	<b>R\$</b>	<b>43.804</b>	<b>56.720</b>	<b>32.747</b>	<b>76.172</b>
<b>Total</b>	<b>USD</b>	<b>472.638</b>	<b>523.365</b>	<b>R\$</b>	<b>70.906</b>	<b>148.611</b>	<b>91.110</b>	<b>146.500</b>
<b>Parcela classificada no circulante</b>				<b>R\$</b>	<b>47.140</b>	<b>99.963</b>	<b>42.583</b>	<b>56.604</b>
<b>Parcela classificada no não circulante</b>				<b>R\$</b>	<b>23.766</b>	<b>48.648</b>	<b>48.527</b>	<b>89.896</b>

(\*) Valor diferido no patrimônio líquido ("hedge accounting"), em contrapartida a conta de ACC, NCE e PPE, no grupo de empréstimos

## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### i) Resultado financeiro com operações de derivativos

A seguir estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas consolidados no exercício, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Descrição	Moeda	Ganhos e perdas registradas no resultado				Ganhos e perdas registradas no patrimônio líquido (sem efeito de impostos diferidos)	
		Alocado na receita bruta em		Alocado no resultado financeiro em		31/12/2017	31/12/2016
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016		
<b>Operações de Proteção Cambial</b>							
Contratos NDF	R\$	142.526	35.289	-	2.266	18.119	87.452
Contratos Trade Finance	R\$	(28.472)	(57.149)	-	-	(34.155)	(65.550)
<b>Sub-total</b>	R\$	<b>114.054</b>	<b>(21.860)</b>	<b>-</b>	<b>2.266</b>	<b>(16.036)</b>	<b>21.902</b>
<b>Operações de Proteção de Commodities</b>							
Swap de Commodities Agrícolas							
Algodão	R\$	(2.900)	(2.278)	(180)	13	(16.185)	264
Milho	R\$	-	2.899	-	-	-	95
<b>Sub-total</b>	R\$	<b>(2.900)</b>	<b>621</b>	<b>(180)</b>	<b>13</b>	<b>(16.185)</b>	<b>359</b>
<b>Operações de Proteção de Câmbio</b>							
Swap VC+Pré x Pré	R\$	-	-	-	(4.237)	-	-
Swap VC+Pré x CDI+Pré	R\$	-	-	(19.815)	(99.519)	(15.860)	(17.382)
Swap VC+Pré x CDI	R\$	-	-	-	(26.131)	1	(9)
<b>Sub-total</b>	R\$	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(19.815)</b>	<b>(129.887)</b>	<b>(15.859)</b>	<b>(17.391)</b>
<b>TOTAL</b>	R\$	<b>111.154</b>	<b>(21.239)</b>	<b>(19.995)</b>	<b>(127.608)</b>	<b>(48.080)</b>	<b>4.870</b>

### j) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.



## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### j) Gestão do capital social--Continuação

Não houve mudança na política de dividendos, nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	1.375.320	1.681.119	1.589.174	1.901.245
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo	(608.584)	(896.213)	(749.328)	(1.064.506)
Ganhos e perdas com derivativos vinculados a dívidas	11.061	(4.417)	11.057	(16.115)
Dívida líquida ajustada	755.675	789.323	828.789	852.854
Patrimônio líquido	2.513.199	2.451.035	2.701.827	2.628.886
Índice de alavancagem financeira	30,06%	32,20%	30,67%	32,44%

## 23. Programa de participação nos resultados

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia e suas controladas têm um programa de participação nos resultados, extensivo a todos os seus colaboradores.

O valor a ser distribuído a título de participação nos resultados é calculado com base no lucro líquido consolidado da Companhia, sendo parte do valor distribuído livremente aos beneficiários e parte vinculado a metas estabelecidas para cada unidade de produção.

A participação é calculada aplicando-se 9% ao resultado líquido da controladora. Sobre este valor, 60% serão distribuídos aos beneficiários e 40% dependerão do atendimento das metas estabelecidas para cada unidade de produção. O valor das metas é limitado a 2 (dois) salários nominais para cada funcionário beneficiário do plano.

A seguir o valor provisionado no resultado do exercício, no grupo despesas administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Participação nos resultados	24.108	2.443	27.221	2.704

## 24. Pagamento baseado em ações

### a) Plano de opções de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2007, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, a vigorar a partir de 15 de junho de 2007, para diretores e gerentes da Companhia. O plano é administrado pelo Comitê Gestor, criado pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2007.

O plano de opção de ações está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 3% do capital social da Companhia na data de criação de cada Programa Anual. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Os beneficiários do Plano de Opções de Ações poderão exercer suas opções dentro de até 5 anos contados da respectiva outorga. O período de carência (*vesting*) é de até 3 anos, com liberações de 30% a partir do primeiro aniversário, 60% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do Termo de Exercício de Opção de Ações.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 10 de novembro de 2010, 09 de novembro de 2011, 13 de novembro de 2012, 13 de novembro 2013, 06 de maio de 2015, 11 de novembro de 2015, 08 de novembro de 2016 e 08 de novembro de 2017, foram aprovados os Programas Anuais dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 com outorga de 805.000, 899.000, 809.000, 933.000, 770.000, 393.000, 363.500 e 373.000 opções de compras de ações, respectivamente.

As movimentações das ações outorgadas no Programa Anual de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 os respectivos preços de exercício, em reais, estão apresentados como segue:

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Quantidade de ações				Saldo em 31/12/2017
		Saldo em 31/12/2016	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	
2011	R\$ 16,24	480.600	-	-	-	480.600
2012	R\$ 17,09	662.000	-	-	(662.000)	-
2013	R\$ 17,32	763.000	-	-	(761.100)	1.900
2015	R\$ 12,31	640.400	-	(19.200)	(361.800)	259.400
2015	R\$ 13,79	374.500	-	(19.600)	(110.300)	244.600
2016	R\$ 11,64	363.500	-	(28.000)	(4.950)	330.550
2017	R\$ 18,02	-	373.000	-	-	373.000
		3.284.000	373.000	(66.800)	(1.900.150)	1.690.050

## 24. Pagamento baseado em ações--Continuação

### a) Plano de opções de ações--Continuação

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Quantidade de ações				Saldo em 31/12/2016
		Saldo em 31/12/2015	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	
2011	R\$ 16,24	522.600	-	(15.000)	(27.000)	480.600
2012	R\$ 17,09	698.000	-	(36.000)	-	662.000
2013	R\$ 17,32	849.000	-	(86.000)	-	763.000
2015	R\$ 12,31	750.000	-	(65.500)	(44.100)	640.400
2015	R\$ 13,79	393.000	-	(15.500)	(3.000)	374.500
2016	R\$ 11,64	-	363.500	-	-	363.500
		3.212.600	363.500	(218.000)	(74.100)	3.284.000

O preço do exercício dos Programas anuais de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 foram fixados com base na média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na Bovespa, anteriores à aprovação do plano, com desconto de 20%, 15% e 20%, respectivamente.

O preço do exercício do Programa anual de 2011, também foi fixado com base na média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na Bovespa, anteriores à aprovação do plano, porém sem desconto.

Os prazos de carência a partir da data da outorga são como segue:

Prazos de carência a partir da outorga	% de opções liberadas para o exercício	Quantidade máxima de ações
A partir de – 09/11/2012	3%	46.800
A partir de – 12/11/2012	3%	46.800
A partir de – 08/11/2013	8%	127.000
A partir de – 11/11/2013	8%	127.000
A partir de – 13/11/2013	8%	131.000
A partir de – 10/11/2014	25%	430.600
A partir de – 13/11/2014	28%	480.600
A partir de – 13/11/2015	28%	480.600
A partir de – 06/05/2016	28%	481.400
A partir de – 10/11/2016	29%	496.750
A partir de – 13/11/2016	30%	498.650
A partir de – 08/05/2017	30%	510.350
A partir de – 11/11/2017	41%	700.700
A partir de – 07/05/2018	56%	947.600
A partir de – 08/11/2018	77%	1.294.750
A partir de – 08/11/2019	91%	1.540.850
A partir de – 08/11/2020	100%	1.690.050

## 24. Pagamento baseado em ações--Continuação

### a) Plano de opções de ações--Continuação

A Companhia reconhece o custo com o plano de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o de Black-Scholes para os planos de 2015 e 2017. O plano de 2016 foi pelo modelo Binomiais. Para a determinação do valor justo dos planos de opções a Companhia adota a técnica de avaliação de “Nível 3”.

O valor justo médio ponderado, os prêmios considerados e as premissas econômicas utilizadas para o cálculo no modelo são apresentados a seguir:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Valor justo médio ponderado	R\$ 21,75	R\$ 23,66	R\$ 24,47	R\$ 19,94	R\$ 21,36	R\$ 17,20	R\$ 18,02
Prêmios	R\$ 5,51	R\$ 6,57	R\$ 7,15	R\$ 7,63	R\$ 7,57	R\$ 5,56	6,93
Dividendo	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Volatilidade do preço da ação	39,90%	36,56%	31,05%	31,80%	33,44%	32,39%	32,39%
Taxa de retorno Livre de Risco							
1º Vencimento	9,98%	7,31%	10,78%	13,70%	15,41%	12,27%	7,12%
2º Vencimento	10,16%	7,90%	11,64%	13,41%	15,72%	11,49%	8,30%
3º Vencimento	10,46%	8,38%	11,95%	13,20%	15,78%	11,27%	9,18%
Período esperado até o vencimento							
1º Vencimento	365	365	365	366	366	366	365
2º Vencimento	730	730	730	733	731	731	730
3º Vencimento	1.097	1.095	1.096	1.097	1.096	1.096	1.095

### *Reconciliação de opções de ações em circulação*

O número e a média ponderada dos preços do exercício de opções de ações que estão no âmbito do programa de opção de ações são os seguintes:

	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
Em circulação em 1º de janeiro	R\$17,36	3.284.000	R\$16,75	3.212.600
Outorgadas durante o exercício	R\$18,02	373.000	R\$11,64	363.500
Exercidas durante o exercício	R\$16,07	(1.900.150)	R\$13,80	(74.100)
Canceladas durante o exercício	R\$12,46	(66.800)	R\$15,45	(218.000)
Em circulação	R\$19,65	1.690.050	R\$17,36	3.284.000
Exercíveis	R\$15,16	700.700	R\$16,46	2.180.250

As opções em aberto em 31 de dezembro de 2017 possuem um preço de exercício na faixa entre R\$18,02 a R\$11,64 (R\$16,24 a R\$11,64 em 31 de dezembro de 2016).

## 24. Pagamento baseado em ações--Continuação

### a) Plano de opções de ações--Continuação

A média ponderada de preços de ações na data de exercício para opções de compra de ações exercidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$16,07 (R\$13,80 em 31 de dezembro de 2016).

### b) Plano de Ações Restritas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2015, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de ações restritas, a vigorar a partir de 11 de novembro de 2015, para diretores e gerentes da Companhia. O plano é administrado pelo Comitê Gestor, criado pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2007.

O número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas anualmente no âmbito do Plano, no somatório de todos os Programas ativos, não excederá a 1% (um por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia.

Os beneficiários do Plano de Ações Restritas adquirirão os direitos às Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas. O período de carência (vesting) é de até 3 anos, com liberações de 30% a partir do primeiro aniversário, 60% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário.

Enquanto os direitos às Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, conforme condições estabelecidas acima, o beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas. Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, a obtenção da autorização da Comissão de Valores Mobiliários para transferência privada de ações, a Companhia transferirá para o nome do beneficiário as respectivas Ações Restritas, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, sem custo para o beneficiário.

## 24. Pagamento baseado em ações--Continuação

### b) Plano de Ações Restritas--Continuação

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 11 de novembro de 2015, 08 de novembro de 2016 e 08 de novembro de 2017 foram aprovados os Programas de Outorga de Ações Restritas de 2015, 2016 e 2017, com outorga de 98.250, 90.875 e 93.375 ações.

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Quantidade de ações				Saldo em 31/12/2017
		Saldo em 31/12/2016	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	
2015	R\$ 17,79	66.667	-	(4.200)	(25.608)	36.859
2016	R\$ 15,10	90.875	-	(5.750)	(25.157)	59.968
2017	R\$ 18,02	-	93.375	-	-	93.375
		157.542	93.375	(9.950)	(50.765)	190.202

Em atendimento ao CPC 10 (R1), tomando-se por base os prazos de carência apresentados, foram reconhecidos no resultado os valores com plano de ações restritas em função do decurso do prazo do período de *vesting*, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital. Em contrapartida no passivo circulante, em conta específica de obrigações trabalhistas, os valores de INSS e FGTS (despesa), conforme apresentados abaixo:

	Plano de Ações Restritas			
	31/12/2017		31/12/2016	
Despesa	R\$	1.203	R\$	945
Despesa INSS	R\$	299	R\$	78
Despesa FGTS	R\$	225	R\$	60

Em atendimento ao CPC 10 (R1), tomando-se por base os prazos de carência apresentados, foram reconhecidos no resultado os valores com plano de opções stock options e plano de ações restritas, em função do decurso do prazo do período de *vesting*, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital, o valor de R\$4.294 (despesa) em 31 de dezembro de 2017 (R\$4.906 em 31 de dezembro de 2016).

## 25. Subvenção e assistência governamentais

### a) Diferimento e crédito presumido de ICMS

A Companhia possui incentivos para diferimento de débitos de ICMS nas operações com soja, milho e caroço de algodão através da adesão da Fazenda Planalto ao programa Fundersul (Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul) e das Fazendas Planorte, Paiaguás ao programa FETHAB (Fundo de Transporte e Habitação). Para usufruir ao incentivo do diferimento a Companhia precisa fazer requerimento às Secretarias Estaduais, renunciar aos créditos de ICMS nas entradas a que teria direito e recolher ao estado do Mato do Grosso do Sul o Fundersul e ao estado do Mato Grosso o FETHAB e o FACS (Fundo de Apoio a Cultura da Soja).

Os Governos dos Estados de Mato Grosso do Sul e de Goiás, por intermédio do Decreto nº 9.716/99, de Goiás, através da Lei Estadual nº 13.506/99, concederam incentivos de créditos presumidos de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 70% a 75% através da adesão da Fazenda Planalto ao programa PDAGRO (Mato Grosso do Sul) e da Fazenda Pamplona ao programa PROALGO (Goiás). O Estado de Mato Grosso concedeu crédito presumido de 75% do ICMS nas vendas de algodão em pluma, caroço de algodão e fibrilha. Ao optar por estes programas a empresa fica impedida de apropriar créditos pelas aquisições de matéria prima, insumos e ativo imobilizado.

Como exigências para participação nestes programas de incentivos a Companhia deve fazer a opção junto as Secretarias Estaduais, abdicar dos créditos de ICMS a que teria direito pelas aquisições de insumos, matéria prima e ativo imobilizado, prestar informações acessórias a respeito desta renúncia fiscal e recolher PDAGro ao Estado do Mato Grosso do Sul e Fialgo no Estado de Goiás.

Os créditos presumidos são registrados no resultado a crédito na rubrica de impostos sobre vendas, em contrapartida à rubrica de impostos a recolher. No exercício de 2017, foram reconhecidos R\$ 4.366 de crédito presumido de ICMS na controladora e no consolidado. Este valor foi reconhecido em reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

### a) Incentivo de redução de IRPJ

Até 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía incentivo na controlada Planorte, localizada no Estado Mato Grosso, que goza de incentivo fiscal de IRPJ concedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. O incentivo consiste na redução de 75% do IRPJ e adicionais não restituíveis. A Fazenda Planorte gozou do incentivo até o limite de produção e comercialização de 13.478 toneladas de algodão em pluma e 18.533 toneladas de caroço de algodão por ano.

Os valores apurados a título de incentivo de redução de IRPJ foram contabilizados a débito na conta de IRPJ a Recolher, no passivo circulante, e a crédito na rubrica de impostos correntes, no resultado do exercício. O valor do incentivo de redução de IRPJ não pode ser distribuído aos acionistas como dividendos, motivo pelo qual o valor anual do incentivo foi transferido da rubrica de resultado acumulado para a reserva de capital, no Patrimônio Líquido. Esta reserva somente pode ser utilizada para incorporar-se ao capital social ou para absorção de prejuízos.

## 26. Cobertura de seguros

O detalhamento dos seguros contratados e as coberturas são demonstrados como segue:

Apólice	Natureza	Vigência	Cobertura
33.31.17807076.0	Veículos da SLC Agrícola	10/10/17 à 10/10/18	Contra terceiros
33.31.17807079.0	Veículos da Fazenda Planorte	10/10/17 à 10/10/18	Contra terceiros
33.31.17806509.0	Veículos da Fazenda Perdizes	10/10/17 à 10/10/18	Contra terceiros
33.31.17807077.0	Veículos da Fazenda Pioneira	10/10/17 à 10/10/18	Contra terceiros
33.31.17807067.0	Veículos da SLC-Mit	10/10/17 à 10/10/18	Contra terceiros
1004130000007	Máquinas e Equipamentos - Penhor Multirisco <sup>1</sup>	09/10/17 à 09/10/18	R\$ 359.712.521,20
9600128411	Benfeitorias - Fazendas	11/01/17 à 11/01/18	R\$ 36.751.131,39
28522017005115900000000	Drones	07/12/17 a 07/12/18	R\$ 225.000,00
87372017010118000000	Administração	12/01/17 à 12/01/18	R\$ 2.822.000,00
46692018100103500000000	Responsabilidade Civil Geral	02/12/17 à 02/12/18	R\$ 5.000.000,00
9600128498	Estoques de Grãos e Algodão - inclusive a céu aberto	24/03/17 à 24/03/18	R\$ 61.500.000,00
100 0000004009	Responsabilidade Civil Diretores - SLC Agrícola	28/06/17 à 28/06/18	R\$ 30.000.000,00
100 0000004009	Responsabilidade Civil Diretores - Fazenda Pioneira <sup>2</sup>	28/06/17 à 28/06/18	R\$ 30.000.000,00
100.10.00004008	Responsabilidade Civil Diretores - Landco	28/06/17 à 28/06/18	R\$ 30.000.000,00

<sup>1</sup> Valor total coberto. Cada máquina/equipamento tem seu limite máximo de indenização corresponde ao seu valor segurado.

<sup>2</sup> Incluído na apólice da SLC Agrícola.

## 27. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta	<b>1.700.906</b>	1.425.928	<b>1.928.157</b>	1.703.981
Venda de produtos	<b>1.599.719</b>	1.446.195	<b>1.817.003</b>	1.725.220
Resultado com operações de <i>hedge</i>	<b>101.187</b>	(20.267)	<b>111.154</b>	(21.239)
Deduções, impostos e contribuições	<b>(59.660)</b>	(78.654)	<b>(70.103)</b>	(102.036)
Receita operacional líquida	<b>1.641.246</b>	1.347.274	<b>1.858.054</b>	1.601.945



## 28. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Despesas por função</b>				
Custo dos produtos vendidos	<b>1.437.233</b>	1.260.125	<b>1.542.605</b>	1.413.181
Despesas com vendas	<b>80.033</b>	75.548	<b>90.206</b>	97.589
Despesas gerais e administrativas	<b>65.304</b>	39.839	<b>73.050</b>	45.733
Outras despesas operacionais	<b>10.109</b>	7.538	<b>98.108</b>	10.280
	<b>1.592.679</b>	1.383.050	<b>1.803.969</b>	1.566.783
<b>Despesas por natureza</b>				
Depreciação e amortização	<b>69.150</b>	77.313	<b>91.506</b>	104.242
Despesas com pessoal	<b>196.206</b>	169.196	<b>223.581</b>	203.535
Matéria prima e materiais	<b>969.682</b>	989.572	<b>1.016.140</b>	1.113.475
Variação ativo biológico CPV	<b>306.449</b>	89.804	<b>327.300</b>	84.933
Fretes	<b>41.083</b>	43.083	<b>43.839</b>	52.353
Custo da venda de parcela das Fazendas Paiguás e Parceiro	-	-	<b>84.536</b>	-
Outras despesas	<b>10.109</b>	14.082	<b>17.067</b>	8.245
	<b>1.592.679</b>	1.383.050	<b>1.803.969</b>	1.566.783

## 29. Informações por segmento

O Grupo possui dois segmentos reportáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes produtos e serviços, para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração analisa os relatórios internos ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Segmento de produção agrícola: cultivo, principalmente, das culturas de algodão, soja e milho.
- Segmento de portfólio de terras: aquisição e desenvolvimento de terras para a agricultura.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela Administração do Grupo. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a gerência acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados dos segmentos.

## 29. Informações por segmento--Continuação

### Informações sobre segmentos reportáveis

	Produção Agrícola		Terras		Eliminações		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita dos produtos e arrendamentos	1.858.054	1.625.822	110.225	102.737	(110.225)	(126.614)	1.858.054	1.601.945
Variação do valor justo dos ativos biológicos	361.847	57.704	-	-	-	-	361.847	57.704
Custos dos produtos	(1.628.103)	(1.507.884)	(10.657)	(10.842)	96.155	105.545	(1.542.605)	(1.413.181)
<b>Resultado bruto</b>	<b>591.798</b>	<b>175.642</b>	<b>99.568</b>	<b>91.895</b>	<b>(14.070)</b>	<b>(21.069)</b>	<b>677.296</b>	<b>246.468</b>
<b>Despesas / receitas operacionais</b>	<b>(178.847)</b>	<b>(160.069)</b>	<b>87.476</b>	<b>17.087</b>	<b>7.528</b>	<b>6.829</b>	<b>(83.843)</b>	<b>(136.153)</b>
Despesas com vendas	(90.206)	(97.589)	-	-	-	-	(90.206)	(97.589)
Despesas gerais e administrativas	(78.629)	(50.885)	(2.172)	(1.938)	7.751	7.090	(73.050)	(45.733)
Honorários da administração	(11.856)	(11.951)	(1.130)	(1.403)	-	-	(12.986)	(13.354)
Outras receitas (despesas) Operacionais	1.844	356	90.778	20.428	(223)	(261)	92.399	20.523
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>412.951</b>	<b>15.573</b>	<b>187.044</b>	<b>108.982</b>	<b>(6.542)</b>	<b>(14.240)</b>	<b>593.453</b>	<b>110.315</b>
Resultado financeiro líquido	(97.708)	(124.313)	5.022	5.751	223	4.086	(92.463)	(114.476)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>315.243</b>	<b>(108.740)</b>	<b>192.066</b>	<b>114.733</b>	<b>(6.319)</b>	<b>(10.154)</b>	<b>500.990</b>	<b>(4.161)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(110.907)	35.458	(20.806)	(16.751)	(15)	1.095	(131.728)	19.802
<b>Lucro (prejuízo) consolidado do exercício</b>	<b>204.336</b>	<b>(73.282)</b>	<b>171.260</b>	<b>97.982</b>	<b>(6.334)</b>	<b>(9.059)</b>	<b>369.262</b>	<b>15.641</b>

	Produção Agrícola		Terras		Eliminações		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante	2.060.115	2.282.606	247.169	104.702	(56.945)	(55.140)	2.250.339	2.332.168
Ativo não circulante	3.122.062	2.952.431	2.112.360	2.199.703	(2.191.076)	(2.030.926)	3.043.346	3.121.208
<b>Ativo total</b>	<b>5.182.177</b>	<b>5.235.037</b>	<b>2.359.529</b>	<b>2.304.405</b>	<b>(2.248.021)</b>	<b>(2.086.066)</b>	<b>5.293.685</b>	<b>5.453.376</b>
Passivo circulante	1.656.222	1.784.684	38.532	94.772	(32.522)	(41.080)	1.662.232	1.838.376
Passivo não circulante	846.738	847.849	93.964	143.277	(11.076)	(5.012)	929.626	986.114
Patrimônio líquido	2.679.217	2.602.504	2.227.033	2.066.356	(2.204.423)	(2.039.974)	2.701.827	2.628.886
<b>Passivo total</b>	<b>5.182.177</b>	<b>5.235.037</b>	<b>2.359.529</b>	<b>2.304.405</b>	<b>(2.248.021)</b>	<b>(2.086.066)</b>	<b>5.293.685</b>	<b>5.453.376</b>

O Grupo comercializa seus produtos para o mercado interno e externo. Nas vendas para o mercado externo são consideradas as vendas realizadas diretamente, tendo o Grupo como operador, e de forma indireta, com venda para comerciais exportadoras sediadas no Brasil.

## 29. Informações por segmento--Continuação

### Informações sobre segmentos reportáveis--Continuação

As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão assim representadas:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Mercado interno	<b>529.336</b>	625.470
Venda de produtos	<b>418.182</b>	646.709
Resultado com operações de hedge	<b>111.154</b>	(21.239)
Mercado externo	<b>1.398.821</b>	1.078.511
Venda de produtos - exportação indireta	<b>705.125</b>	456.647
Venda de produtos - exportação direta	<b>693.696</b>	621.864
Receita operacional bruta	<b>1.928.157</b>	1.703.981
Deduções, impostos e contribuições	<b>(70.103)</b>	(102.036)
Receita operacional líquida	<b>1.858.054</b>	1.601.945

As informações de vendas brutas de produtos, por segmento geográfico, foram elaboradas a partir do país de origem da receita e podem ser assim apresentadas:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Ásia	<b>627.483</b>	612.894
África	-	3.396
América	-	3.334
Europa	<b>66.213</b>	2.240
	<b>693.696</b>	621.864

A Companhia possui os clientes Cargill Agrícola S.A. e Amaggi LD Commodities S.A. como clientes responsáveis por mais de 39,7% da receita líquida. O montante da receita proveniente destes clientes, correspondendo a vendas de milho e soja, sendo assim representada, Cargill Agrícola S.A. no valor de R\$ 513.247 (27,6%) e Amaggi LD Commodities S.A. no valor de R\$224.365 (12,1%).

## 30. Eventos Subsequentes

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 07 de março de 2018, foi deliberado o cancelamento de 3.600.000 (três milhões e seiscentas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia e mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social. Em função do cancelamento das ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia de R\$ 947.522, passa a ser dividido em 95.297.500 (noventa e cinco milhões, duzentas e noventa e sete mil e quinhentas) ações ordinárias. Será oportunamente convocada Assembleia Geral Extraordinária para ajustar o número de ações em que se divide o capital social constante do artigo 5º do Estatuto Social, tendo em vista o cancelamento de ações ora aprovado.